

# PÓS-GRADUAÇÃO: prevenção de maus-tratos a menores

Coordenação geral:

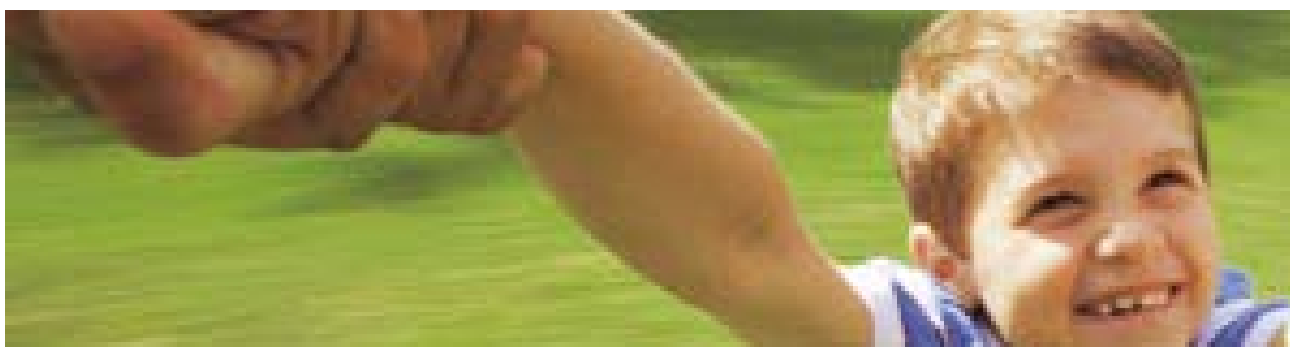
Prof. Doutor Filipe Santos

Dra. Liliana Beça

## Mobilizar o potencial da rede relacional para o processo de intervenção

por *Patrícia Torrado*

Setembro, 2006



## Índice

Nota de apresentação	4
Introdução	7
I. Enquadramento teórico	11
1. Rede relacional	11
1.1. Desenvolvimento histórico do conceito	11
1.2. O que são redes relacionais	12
2. Classificação de Redes relacionais	14
2.1 Classificação face ao seu processo de constituição	14
2.1.1 Rede primária	14
2.1.2 Rede social secundária: formal e não formal	16
2.2 Classificação face à estrutura e face à função	19
2.2.1 Classificação estrutural	20
2.2.1. - a) A rede saturada	20
2.2.1. - b) A Rede Fragmentada	21
2.2.1. - c) A rede isolada	22
2.2.1. - d) A rede coesa	24
2.2.1. - e) A rede fragmentada (face à dispersão e centralidade)	24
2.2.1. - f) A rede dispersa	24
2.2.1. - g) A rede homogénea	25
2.2.1. - h) A rede heterogénea	26
2.2.2 Operacionalização das dimensões estruturais	27
2.2.3 Classificação funcional	30
2.2.4 Operacionalização das dimensões funcionais	31
II. Instrumento de diagnóstico de redes relacionais	32
III. Abordagem metodológica	40
1. Método de aplicação do inquérito	40

<b>IV.</b>	<b>A análise/diagnóstico para a implementação de estratégias de intervenção</b>	<b>41</b>
<b>1.</b>	<b>Análise estrutural</b>	<b>41</b>
<b>1.1.</b>	<b>A dimensão e a densidade</b>	<b>41</b>
<b>1.2.</b>	<b>A proximidade: dispersão e centralidade</b>	<b>42</b>
<b>1.3.</b>	<b>A composição</b>	<b>43</b>
<b>2.</b>	<b>Análise funcional</b>	<b>44</b>
<b>2.1.</b>	<b>As funções da rede</b>	<b>44</b>
<b>2.2.</b>	<b>A densidade funcional</b>	<b>45</b>
<b>2.3.</b>	<b>A adequação</b>	<b>46</b>
<b>2.4.</b>	<b>A qualidade/satisfação</b>	<b>46</b>
	<b>Nota conclusiva</b>	<b>47</b>
	<b>Bibliografia de apoio</b>	<b>48</b>

### **Índice de quadros**

Quadro n.º 1 - Síntese das características dos tipos de rede relacional	18
Quadro n.º 2 - Síntese das principais características das Redes Relacionais	26
Quadro n.º 4 - Quadro síntese das dimensões de análise de redes relacionais	35

### **Índice de figuras**

Figura n.º 1 - Representação Esquemática de uma Rede Relacional	18
Figura n.º 2 - Representação esquemática de uma rede saturada	21
Figura n.º 3 - Representação esquemática de uma rede fragmentada	22
Figura n.º 4 - Representação esquemática de uma Rede isolada	23
Figura n.º 5 - Representação gráfica do mapa de uma Rede Relacional	27
Figura n.º 6 - Representação gráfica de uma rede relacional	29

## **Nota de apresentação**

O presente trabalho enquadra-se e é consequência da participação no curso de pós-graduação “prevenção de maus-tratos a menores” promovido pelo CEM – Centro de Estudos Multiculturais, parceiro da Universidade Internacional de Lisboa.

Durante a participação neste curso, mais do que perceber a realidade, estudar e analisar a problemática da violência sobre o prisma da história, do enquadramento sócio-antropológico, das tipologias e enquadramentos jurídico-legais (...), procura-se também e acima de tudo, uma melhor preparação e capacitação técnica daqueles que no seu dia-a-dia, nomeadamente em contexto profissional, contactam ou promovem a intervenção em situações de maus-tratos a crianças e jovens.

Sem dúvida, este é o papel essencial de qualquer processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências, de melhores capacidades de resposta, de intervenção e mesmo de segurança profissional na actuação de cada um de nós. Seja por via de um melhor conhecimento da realidade, do funcionamento dos mecanismos legais, etc. ..., seja via da melhor compreensão dos instrumentos disponíveis para essa intervenção ou, seja mesmo, por via da introdução de novas formas de trabalhar, novas estratégias de intervenção e de novas ferramentas para a actuação.

É na ambição e audácia de tentar contribuir para esta lógica de melhoria contínua dos profissionais que operam nas situações de maus-tratos a menores que aqui se apresenta uma proposta de instrumento de trabalho que auxilie o processo de intervenção familiar, em situações de maus-tratos a menores. Desta ambição faz parte uma lógica de abordagem sistémica, integrada e partilhada com os próprios elementos das famílias, implicados na situação, mas também, como se verá, especificamente a partir dos elementos constituintes das suas redes relacionais.

O conceito de rede relacional de que se fala é, no fundo, da rede idêntica àquela que cada um de nós possui: se nos entendermos enquanto o sujeito (o centro) da nossa rede compreendemos facilmente que essa rede é constituída por todos os elementos (pessoas, grupos, entidades, instituições) com quem interactuamos, sendo importantes na nossa rede aquelas que identificamos como fazendo parte dela e a que conferimos significado. A rede relacional, os elos de conexão entre nós (sujeito) e os outros, são pois as relações que mantemos, e identificamos, com esses elementos.

No que respeita às questões da operacionalização do conceito de Rede Relacional interessa, ainda, nesta apresentação alertar para o facto de que quando se fala de Rede Relacional, normalmente se associa o conceito a estudos efectuados sobre redes relacionais pessoais entendidos geralmente na perspectiva individual, tendo como ponto central da análise um único indivíduo, mesmo que este pertença a um grupo de indivíduos em análise. Aquilo que se sugere, a partir deste trabalho é uma visão mais sistémica e integrada, em que, partindo dessa análise individual se construa um quadro analítico tendo por referência o núcleo familiar-alvo da intervenção.

Neste sentido, como se torna fácil de perceber, o instrumento proposto não se esgota no processo de aplicação e análise individual mas sim no cruzamento dos dados obtidos conjuntamente por todos os instrumentos (questionários) aplicados a um mesmo núcleo familiar.

Conhecer a rede relacional sob a perspectiva de várias pessoas é muito interessante, sendo contudo um processo, quase sempre e potencialmente incompleto. À partida o maior obstáculo que se levanta à procura do verdadeiro conhecimento de uma rede relacional coloca-se imediatamente no momento em que se faz esse mesmo diagnóstico, já que as redes relacionais são na realidade e por definição mutáveis, raramente são estáveis no tempo e fechadas (na sua extensão e configuração), tanto mais que implicam que a todos os seus elementos seja dada uma determinada importância pelo seu sujeito. Esta característica das redes relacionais não pode ser controlada. Por serem constituídas de seres humanos elas são facilmente transformáveis, acrescidas e diminuídas em número de elementos, e o posicionamento destes sofre alterações consoante a importância que lhes é conferida.

Para recorrer a um exemplo simples, se pensarmos no caso de um desses elementos identificados, ser o pai do sujeito de uma rede em observação, passado algum tempo esse elemento não deixa de ser pai do sujeito mas, pode deixar de existir (morrer) ou pode deixar de ter a mesma relação simbólica com o sujeito e por isso deixar de pertencer à sua rede ou assumir outro posicionamento dentro dela. Desta forma, facilmente se compreende que o mais importante no conhecimento da rede de cada indivíduo não será tanto o número e os elementos que compõem a sua rede mas, sobretudo, a relação que existe entre eles e o tipo de relação que o indivíduo em causa mantém com eles.

É, pois, conhecendo a rede relacional de um determinado núcleo familiar, as pessoas que a constituem as relações que aí se desenvolvem, a qualidade dessas relações que se poderão melhor desenhar estratégias de intervenção: a partir, com e através da própria rede!

Desta 'pequena' introdução ao conceito de Rede Relacional e, também, à sua lógica de operacionalização facilmente se compreende a pertinência da sua mobilização para uma proposta de instrumento de intervenção sistémica em núcleos familiares, nomeadamente aqueles alvo de uma intervenção terapêutica e/ou de prevenção do risco (essencialmente ao nível da prevenção secundária).

Em síntese, defende-se a ideia que a rede relacional de um determinado núcleo familiar, proporciona por si própria mais-valias para qualquer processo de intervenção e que, quando identificadas e mobilizadas farão parte da estratégia de resolução do problema que afecta esse mesmo núcleo familiar.

**– Torna-se a rede, ela própria, um instrumento de intervenção. –**

Sem esta apresentação, que embora possa parecer extensa (e mesmo assim pouco precisa), não seria possível introduzir devidamente a forma de organização do trabalho que de seguida se apresenta.

Na introdução, através de uma breve incursão sobre a problemática dos maus-tratos a menores procura-se, de alguma forma, fundamentar a pertinência de enveredar por uma proposta ao nível da intervenção.

Seguem-se quatro partes:

Na primeira, o **Enquadramento teórico**, explora-se o conceito de rede relacional, aqui mobilizado, passando por uma pequena introdução ao seu desenvolvimento histórico a sua constituição enquanto conceito operacional, a classificação de redes relacionais face à sua composição estrutural e funcional e as suas formas de operacionalização.

Na segunda parte, procede-se ao desenho do **Instrumento de diagnóstico de redes relacionais**. São exploradas as diferentes dimensões de análise (e respectivos indicadores), consideradas pertinentes, para a construção do Instrumento de diagnóstico de redes relacionais, de núcleos familiares alvo de intervenção em situações de maus-tratos a menores e, é apresentado o modelo do inquérito e respectivas grelhas de registo da informação recolhida.

Na terceira parte, a **Abordagem metodológica**, clarifica-se o Método de aplicação do inquérito e também alguns cuidados a acautelar aquando do processo de recolha de informação.

Finalmente, na última parte, **A análise/diagnóstico para a implementação de estratégias de intervenção** desenvolvem-se algumas considerações de suporte à análise a empreender sobre a rede relacional, tentando demonstrar a operacionalidade das diversas dimensões, salientando os pontos-chave e remetendo para as potencialidades e fragilidades; vantagens e desvantagens, que cada uma dessas dimensões aponta para o sucesso da intervenção.

## Introdução

### ***Violência e Maus-tratos a menores: Uma visão sobre a realidade***

Actualmente, o fenómeno da Violência tem sido alvo de uma crescente visibilidade social e a problemática dos maus-tratos, nomeadamente, contra as crianças e jovens começou a ser encarada como problema de saúde pública, uma doença médico-social que está a assumir proporções epidémicas e a tornar-se cada vez mais arraigada na população e que, constituem um aspecto da violência social que está insidiosamente a infiltrar-se na sociedade (KAPLAN & SADOCK, 1990). Este fenómeno reflecte-se em todas as estatísticas sobre crimes. De facto, a escalada estatística dos casos de violência e maus-tratos, assim como a crescente atenção tanto dos meios de comunicação como do meio académico fizeram com que o tema se tenha tornado mais amplamente discutido.

O abuso, a exploração, os maus-tratos de crianças são um facto e fazem parte da realidade de todos os países. É um fenómeno “virulentamente democrático”, já que atinge indivíduos de todas as etnias, classes sociais ou religiões, embora seja mais visível nas classes baixas, mais sujeitas à exposição social e, conseqüentemente, com maiores perdas a nível da privacidade.

A violência sobre as crianças, que até já passou por uma ‘aura’ de tabu, tem merecido uma recente e reforçada atenção. Contudo, também este facto, associado a alguma mediatização, nos revela que a verdadeira dimensão do fenómeno nos é desconhecida. Eventualmente, a real frequência dos abusos, poderá nem ter aumentado ao longo da história (podemos dizer que as agressões contra crianças sempre existiram em todas as civilizações) e ter-se mantido mais ou menos constante (mudando também de acordo com a própria percepção do fenómeno – de acordo com aquilo que ontem e hoje se considerava e se considera ser violência/maus-tratos) contudo, o que sem dúvida está a aumentar é a visibilidade, a atenção que tem vindo a conquistar.

### ***No nosso país...***

É preocupante saber que milhares de crianças são vítimas de violência. A cada ano que passa, percebe-se a crescente dos novos casos de violência contra as criança e jovens que dão entrada nos serviços competentes, como as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens contudo, as estatísticas não revelam a real dimensão desta situação alarmante em que muitas crianças e adolescentes ainda estão enredados, calados, silenciados e amedrontados.

Num estudo de diagnóstico, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa (apresentado no livro “Famílias e maus-tratos às crianças em Portugal”) baseado em dados recolhidos entre 1994 e 98 junto de hospitais, centros regionais de segurança social, comissões de protecção de menores, escolas, jardins-de-infância e creches, encontramos uma perspectiva chocante da realidade portuguesa, no que toca aos maus-tratos infantis.

As crianças de contextos sociais mais desfavorecidos apresentam-se muito mais vulneráveis ao fenómeno. De facto, os maus-tratos a crianças acontecem sobretudo em famílias de baixo estrato social e com pouca instrução (mas o problema, como já foi referenciado, verifica-se em todas as classes, só que nos meios mais favorecidos permanece mais facilmente oculto).

Cerca de 19% das crianças mal tratadas estão a cargo de adultos sem qualquer escolaridade, 37% destes adultos apenas têm o equivalente ao 1.º ciclo do ensino básico. Acrescido do facto de que, geralmente são famílias que possuem fracos rendimentos muitas das quais padecendo de grandes carências económicas. O alcoolismo dos adultos é outro factor que surge em grande destaque: 50% dos casos de maus-tratos ocorrem em famílias onde existem problemas de alcoolismo e 16% em famílias com problemas de toxicodependência.

Numa parte significativa, tratam-se de núcleos familiares numerosos, com muitos filhos. É também comum estas famílias incluírem crianças com doenças crónicas ou adultos com deficiências físicas ou mentais. O que leva o estudo a concluir que *“o acréscimo de trabalho, despesa e disponibilidade”* parece potenciar o problema. Perto 50% das crianças agredidas têm pais separados, que nunca viveram juntos ou que estão em processo de separação. Cerca de 25% vive em famílias monoparentais maternas.

Apesar da violência física ser muitas vezes a faceta do problema que causa mais alarme e preocupação entre a opinião pública, os maus-tratos a crianças passam muitas outras agressões. Desde abusos emocionais, mendicidade, sobrecarga doméstica, falta de cuidados de higiene ou de vigilância médica, alimentação inadequada ou abandono. Os dados recolhidos mostram que 23% das crianças analisadas por maus-tratos ficaram com sequelas físicas, 9% neurológicas, e cerca de 54% psicologicamente afectadas.

Na esmagadora maioria dos casos em análise, o agressor vive com a criança (83%), integrando o seu grupo familiar mais próximo, o que reforça a ideia de que os maus-tratos tendem a verificar-se sobretudo «dentro de portas». Por outro lado, o documento ajuda a desmitificar algumas ideias de senso comum (tantas vezes apenas fundadas em estereótipos negativos e preconceitos e pouco verdadeiros), como é o caso da figura de madrasta ou de padrasto como principais agressores. Concluiu-se nesta análise que o *'laço de sangue'* não parece prevenir as situações de abuso ou de negligência: em 65% dos casos os maus-tratos foram infligidos pelo pai ou pela mãe.

Em 2003, dos menores acompanhados pelas comissões, 5294 foram vítimas de negligências, 2378 foram alvo de maus-tratos e 474 sofreram abusos sexuais (Relatório da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco – CNCJR, 2003). Neste ano, o Relatório da CNCJR traça o perfil-tipo das crianças e jovens acompanhados pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em Portugal: adolescente, sexo masculino, com baixo nível de escolaridade.

O retrato, traçado dá ainda conta do perfil das famílias: famílias nucleares, onde estão integrados adultos em idade activa, geralmente a trabalhar, e também com um nível de instrução muito baixo. Embora a maior fatia

vá para os pais com idades entre os 35 e os 44, mais de um quinto dos progenitores têm menos de 18 anos. Famílias caracterizadas pelos empregos pouco qualificados, mal remunerados, e pelos problemas de saúde, como o alcoolismo, que aparece no topo da lista. Quase metade das famílias dos menores em risco são afectadas por problemas de alcoolismo e 20% vivem dificuldades a nível da saúde mental. Características que *"apontam para situações de vulnerabilidade social que potenciam situações de maus-tratos."*

Em 2004, outra fonte, a linha SOS Criança (Serviço do Instituto de Apoio à Criança), recebeu 5108 chamadas, denunciando situações passíveis de colocar em risco os menores. Destas, a maior fatia dizia respeito à prática da mendicidade infantil, que motivou 1155 chamadas; 562 denunciavam situações classificadas como referentes a 'crianças em perigo'; 388 referiam-se a maus-tratos físicos na família; e, 146 a abusos sexuais.

Vários factores concorrem para que esta realidade continue a perpetuar-se, entre os quais se destaca a não consciencialização da sociedade sobre a necessidade de denunciar às autoridades competentes os casos de violência. A este nível podemos mesmo indagar, atendendo aos números supracitados de chamadas efectuadas para a linha SOS Criança, sobre o retracto mais ou menos real do tipo de violência praticado no nosso país. Isto é, aquilo que obtemos, é na realidade uma tipologia das situações de menores em risco denunciadas, dificilmente poderemos dizer que a incidência destes maus-tratos/abusos seja reflexo proporcional da realidade. Tudo isto tem a ver com a "facilidade/sensibilidade mental" que nos impele a denunciar: ainda que sob anonimato é, sem dúvida, face aos valores sócio-culturais da nossa sociedade, mais fácil revelar uma situação de «prática de mendicidade infantil» do que uma situação de «maus-tratos físicos na família» ou «abusos sexuais».

Esta atitude social – que, felizmente, a muitos de nós choca pois facilmente (mesmo sem que isso seja necessariamente verdadeiro) mediante estas situações, consideramos as duas últimas mais gravosas – acontece e perpetua-se principalmente devido à crença social de que os problemas dos outros não são os nossos ou de que a família é uma instituição "sagrada" e que sabe o que é melhor para seus membros.

Denunciar as situações de violência é uma tarefa essencial, uma vez que o silêncio 'perdoa' o agressor e reforça seu poder sobre a vítima. O agressor não percebe a vítima como uma pessoa, mas como um objecto destituído de sentimentos e de direitos, *"pressionada por um ciclo de violência, a vítima sente-se impotente e está constantemente em luta pela sua sobrevivência"* (BLANCHARD, 1996).

### **Fundamentando...**

Nos últimos anos, a problemática da violência contra as crianças tem-se tornado um campo crescente de interesses, na medida em que estão directamente ligadas a processos políticos, económicos e sociais, a uma escala internacional. No entanto, apesar de cada vez mais difundidos os maus-tratos na infância, nomeadamente os mais gritantes de violência física e sexual (saliente-se que os maus-tratos a crianças e jovens variam desde a privação de alimentos, roupas, abrigo e amor parenta..., até incidentes nos quais as

crianças são fisicamente maltratadas por um adulto, resultando em traumas óbvios à criança e frequentemente conduzindo ao óbito) que, acarretam implicações psicossociais, legais e médicas continuam a ser um factor estranhamente gerador de surpresa na nossa sociedade.

Muitas pessoas, inclusive profissionais, têm dificuldade em aceitar que o abuso de crianças ocorra, nomeadamente com aqueles que estão mais próximos e com os quais até existe consanguinidade. De facto, algumas pesquisas confirmam esta percepção, por exemplo quando falamos de abuso sexual: "*O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas. É triste pensar que adultos causem dor física e psicológica nas crianças para satisfazer seus próprios desejos, especialmente quando esses adultos são amigos ou confiáveis membros da família.*" (WATSON, 1994)

Mas, infelizmente, observam-se dificuldades, resistências e, principalmente, sentimentos de falta de preparação por parte dos mais diversos profissionais e até das próprias instituições (sejam as públicas ou as privadas, as de intervenção social ou as escolares, as hospitalares, as jurídicas...) para intervir adequadamente nos casos de violência contra os menores.

Apesar da crescente atenção por parte dos próprios profissionais, nomeadamente ao nível da investigação científica, sobre para o tema do abuso de crianças, o trabalho nesse campo continua a ser caracterizado por alguma fragmentação, parcialidade e até desorganização revelam-se, acima de tudo, pouco divulgados junto dos profissionais que intervêm directamente no terreno.

Os efeitos dos maus-tratos sobre crianças e jovens, a reacção negativa da família e da sociedade tal como a ausência ou insuficiente preparação dos profissionais constituem um potencial gerador de danos psicológicos e sociais para as crianças e jovens abusados. Uma criança ou um jovem vitimados são sempre crianças e jovens em situação de risco o que obriga a uma formação e capacitação cada vez maior e de melhor qualidade dos profissionais que trabalham e intervêm com estas crianças e jovens e, com as suas respectivas famílias.

É indispensável conseguir obter a versão real dos factos e dos casos, bem como conduzir uma intervenção adequada a cada realidade, pois cada vítima é uma vítima, cada caso é um caso e, cada intervenção tem de ser uma intervenção!

Assim, tendo em vista a problemática apontada quanto à dificuldade de intervir e tratar adequadamente a criança vítima de abuso e da sua respectiva família, torna-se necessária a capacitação de diversos profissionais, a fim de abordar o assunto sob um ponto de vista multidisciplinar. É de suma importância que os profissionais de saúde e de intervenção social, entre outros necessários à intervenção, disponham de conhecimentos profundos não só sobre a dinâmica do abuso na infância e suas implicações na vida da criança, da família mas também de uma multiplicidade de ferramentas capazes de os auxiliar e garantir "seguranças" na intervenção, numa lógica de melhoria tanto dos seus desempenhos profissionais como da melhoria da qualidade das intervenções, nomeadamente as de carácter terapêutico.

## I. Enquadramento teórico

### 1. Rede relacional

Para introduzir a abordagem da utilização do conceito de Rede Relacional, neste trabalho, ir-se-á proceder a uma breve incursão sobre o seu desenvolvimento histórico e, sobre os contributos de alguns dos autores mais nomeados, sempre que se fala de redes relacionais.

#### 1.1. Desenvolvimento histórico do conceito

O conceito de rede relacional surgiu nas áreas disciplinares da antropologia e da sociologia a partir dos anos 30 e começou por ser usado num sentido metafórico. Os primeiros estudos, produzidos nas décadas de 30 e 40, em que o conceito começou a ser utilizado, dificilmente podiam ser apreciados à luz de uma verdadeira operacionalização do conceito de rede relacional. Os seus autores não identificavam aquilo a que hoje chamamos de características estruturais das redes relacionais e que poderiam ser muito úteis para a descrição das situações relacionais específicas dos indivíduos em observação, não identificavam também as características funcionais dessas redes isto é, não estabeleciam qualquer tipo de relação entre o comportamento dos indivíduos nas suas redes e as estruturas e/ou funções que as caracterizavam.

Foi neste sentido que, mais tarde nomeadamente na década de 50, se começou a desenvolver analiticamente o conceito. Este desenvolvimento deveu-se sobretudo à necessidade sentida por muitos antropólogos britânicos de encontrarem uma forma de abordagem das realidades empíricas complexas com que trabalhavam, e que cada vez menos, encontravam resposta no modelo estrutural funcionalista clássico que, se debruçava fundamentalmente sobre a normatividade dos sistemas culturais.

Enredados nas dificuldades que encontravam, face a esse modelo, em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessavam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas, estes antropólogos “desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social<sup>1</sup> de uma forma sistemática.” (PORTUGAL, 1995).

É nesta altura que surge o trabalho, sempre citado, de J. A. Barnes, antropólogo, a quem toda a comunidade científica atribui o mérito da primeira publicação sobre redes relacionais (em 1954). Este antropólogo começou por estudar uma pequena comunidade piscatória (Bremmes, uma aldeia na Noruega) interessando-se principalmente pela análise das relações entre os diversos indivíduos constituintes dessa mesma comunidade.

Não só a operacionalização do conceito de rede relacional lhe permitiu descrever com precisão a estrutura social dessa comunidade como também, como salienta Wellman (WELLMAN & BERKOWITZ, 1991),<sup>2</sup> lhe foi

<sup>1</sup> O mesmo conceito aqui designado de Rede Relacional.

<sup>2</sup> WELLMAN, Barry, “Structural Analysis: from method and metaphor to theory and substance”, in, WELLMAN, Barry & BERKOWITZ, S. D., (org), (1991), *Social Structures: a Network Approach*, New York, Cambridge University Press, pp. 19-61.

mais útil do que os conceitos normativos da teoria estrutural funcionalista clássica, para evidenciar a importância dos vínculos sociais extra-familiares na vida quotidiana daquela comunidade, nomeadamente, na explicação dos processos sociais que, por exemplo, permitiam aos indivíduos aceder a empregos ou a actividades políticas.

Ainda, em Inglaterra, outro grande contributo sempre indicado, quando se fala no estudo e difusão do conceito, é o de Elizabeth Bott que, publica pela primeira vez os seus trabalhos em 1957. O seu maior contributo, na perspectiva de Wellman (in WELLMAN & BERKOWITZ, 1991) foi a introdução de uma nova distinção que hoje chamamos de densidade – uma medida para a estrutura da rede relacional. Mas, como esta, outras diferenciações pioneiras das redes foram estudadas por Bott, tais como a composição das estruturas das redes e, os conteúdos das suas interacções (a que hoje chamamos de características funcionais) (in BROUDEUR & ROUSSEAU, 1984).

Simultaneamente, nos Estados Unidos desenvolve-se o estudo das questões ligadas à forma das redes relacionais, que o mesmo autor denomina de *Análise Estrutural Americana* e que se dividiu em duas sensibilidades distintas (BROUDEUR & ROUSSEAU, 1984):

- ▶ Uma estruturalista que, tomando a relação como a sua unidade básica, desenvolveu diversos conceitos para estudar as características estruturais das redes mais do que as suas características funcionais.
- ▶ A outra, formalista, dedicou-se ao estudo da forma das redes relacionais e à sua influência sobre os comportamentos dos indivíduos defendendo a existência de padrões similares de laços que, quando levados ao extremo, conduziam a padrões de conteúdos idênticos. Esta lógica permitia-lhes estabelecer sistemas de correspondência entre a estrutura e os conteúdos dos seus relacionamentos, logo entre a estrutura das redes e o comportamento dos indivíduos no seu interior.

Este interesse pelas características estruturais das redes relacionais, por parte dos americanos, veio trazer outros contributos para a análise de redes diferentes dos que vinham a ser desenvolvidos pelos britânicos, nomeadamente no campo dos métodos quantitativos, onde os americanos foram buscar ‘ferramentas poderosas’ para a descrição de modelos relacionais. Fala-se, concretamente, da análise socio-métrica que permite a quantificação de dados relacionais e da teoria de grafos que permite a representação gráfica das estruturas relacionais.

## 1.2. O que são redes relacionais

Para justificar a selecção deste conceito para a proposta de um instrumento de diagnóstico destinado à intervenção em casos de crianças e jovens vítimas de maus-tratos, numa lógica essencialmente de auxiliar para a estruturação de intervenções no e a partir do núcleo familiar, interessa agora introduzir algumas questões: aquelas que permitem entender melhor o que é afinal uma *Rede Relacional*.

Uma visão bastante esclarecedora é a citada por Speck & Attneave, de J. A. Barnes: “cada pessoa está, por assim dizer, em contacto com certo número de outras pessoas, algumas das quais estão em contacto directo entre si e outras não (...) creio conveniente chamar rede a um campo social deste tipo. A imagem que tenho é a de uma rede de pontos dos quais alguns estão unidos por segmentos de recta. As pessoas, ou, às vezes os grupos, seriam os pontos desta imagem e os segmentos de recta indicariam quem interactiva entre si” (SPECK & ATTNEAVE, 1990).

Mediante esta imagem a nossa percepção conduz-nos de imediato ao desenho de um 'grafo', um sistema, uma rede constituída pelas suas diversas unidades ligadas por relações, e permite-nos também entender o que é a estrutura de uma rede, pelo menos na sua forma gráfica. Para devidamente entender o fenómeno social que se denomina de rede relacional, será interessante procurar a sua forma mais visível ao olhar comum isto é, a forma das redes relacionais que, qualquer um de nós identifica e classifica sem por isso pensar que se tratam de fenómenos sociais assim entendidos.

Neste sentido torna-se fácil perceber o que é uma de rede relacional aos olhos do senso comum, se tomarmos como exemplo disso a máfia, grupos radicais, as redes de tráfico de crianças, ou emigrantes clandestinos, etc. que, facilmente são entendidos como redes de relações directas e indirectas, de conexões mais ou menos acentuadas entre os indivíduos que as constituem e, para além disso, redes com uma função, neste caso de índole criminosa/ilegal.

Assim, não podemos deixar de verificar que existem também outras redes, as redes de cada um de nós, as redes de que fazemos parte, porque não só as partilhamos como as constituímos. Cada um de nós tem uma rede ainda que, socialmente, menos visível ou perceptível na nossa experiência quotidiana. As redes relacionais são pois, feitas de pessoas e de relações, constituindo um sistema onde se considera a pessoa no seu ambiente e se reconhece que o comportamento humano é simultaneamente função da pessoa e do seu meio envolvente.

Ou seja, a rede relacional de um indivíduo, é o conjunto de indivíduos (ou grupos de indivíduos), amigos, familiares, vizinhos, conhecidos, etc., todos aqueles que estão relacionados com ele num dado espaço e num dado momento – em suma “o vasto domínio das relações de um indivíduo na sua representação espacio-temporal” (PAIXÃO, 1995). Assim definida a rede relacional é todo o campo relacional de um indivíduo, a totalidade das suas relações definidas num determinado contexto espacio-temporal.

Speck & Attneave (WELLMAN & BERKOWITZ, 1991) salientam ainda que, para além do núcleo familiar, os vizinhos, os amigos, os colegas de trabalho, entre outros possíveis (como os colegas do ginásio ou da associação a que o indivíduo pertence), a rede relacional comporta geralmente outras pessoas que representam organismos ou instituições que se relacionem com ele, desde que essa relação seja significativa para o indivíduo e por isso ele a identifique e a faça fazer parte da sua rede individual de relações (Serviços de Saúde, empresas, escolas, associações, etc.).

Estes autores consideram mesmo que “*uma rede de pessoas inter-relacionadas com esta índole, convenientemente organizada segundo contornos próprios da sua cultura, possui em si mesma os recursos para desenvolver soluções criativas face às situações difíceis dos seus membros*” (SPECK & ATTNEAVE, 1990).

Nesta ideia podemos ver configurado o carácter subsidiário, interventivo, ou mesmo terapêutico das redes relacionais, sob uma perspectiva de auto-suficiência dessas mesmas redes relacionais, pelo menos do ponto de vista da sua manutenção e da ajuda na resolução de possíveis problemas. Na prática, as redes podem não ser auto-suficientes, mas podem providir os seus elementos do apoio necessário para o desbloqueio de situações, nomeadamente através de ajuda no encaminhamento, ou simplesmente no aconselhamento.

Em síntese, devemos entender a Rede Relacional como o conjunto dos indivíduos com quem interactuamos de forma regular, com quem conversamos, trocamos experiências, que nos definem, que nos tornam reais. Essa ‘experiência’ de rede constitui a nossa identidade e, reconstrói-se constantemente na base das nossas interações com os outros, familiares, amigos, inimigos, vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, organizações, (...) em suma com todos aqueles com quem interagimos.

## **2. Classificação de Redes relacionais**

### **2.1 Classificação face ao processo de constituição**

Dentro de uma Rede Relacional podem distinguir-se dois tipos de rede, a Rede Primária e a Rede Secundária, esta última por sua vez pode constituir-se sob a forma de uma rede secundária formal ou de uma rede secundária não formal. A rede primária constrói-se a partir de afinidades pessoais entre os seus diversos elementos, baseando-se em relações afectivas, já a rede secundária tem origem em estruturas e relações de ordem funcional, que a motivam e justificam.

#### **2.1.1 Rede primária**

A *rede primária* pode ser definida como uma entidade colectiva em que, geralmente, todos os membros se conhecem entre si. São redes constituídas sobre uma base afectiva ou de afinidades entre os seus elementos constituintes. Entendidas assim, as redes primárias, enquanto entidades colectivas, não são apenas um mero encadeamento de relações direccionadas para um único indivíduo mas antes, um encadeamento de relações entre todos os elementos seus constituintes.

Tratam-se de relações que surgem naturalmente sobre bases de afinidades e afectividades e que no seu conjunto formam um todo dinâmico, um ‘emaranhado’ de relações que os indivíduos vão constituindo, criando e mantendo de acordo com as suas circunstâncias, necessidades e vivências. Os exemplos mais básicos deste tipo de rede são as redes familiares, de vizinhança e as redes de amizade.

A base de constituição das redes primárias é a afinidade entre os seus elementos constituintes e não as relações funcionais ou as estruturas funcionais. Contudo, este tipo de rede pode ser proporcionada, em termos de formação, pela existência de instituições que contribuam para gerar contacto entre os indivíduos, como por exemplo, entre outros, o local de trabalho.

Felix R. Santos (SANTOS, 1991) expõe-nos o exemplo das organizações formais burocratizadas e altamente organizadas no seio das quais, de forma espontânea, se geram redes primárias compostas por grupos de indivíduos iguais, com objectivos completamente distintos e não comparáveis com aqueles que inicialmente os juntaram. Por exemplo, podemos pensar num grupo de colegas de trabalho que se juntam para, enquanto grupo, frequentar um ginásio, praticando uma determinada actividade física, com o único objectivo de zelarem pela sua forma física ou mesmo de se divertirem fora do horário de trabalho. Este objectivo é pois completamente distinto daquele que inicialmente juntou estas pessoas no seu contexto de trabalho.

Naturalmente, o processo inverso também pode ocorrer. Uma rede primária pode transformar-se numa rede secundária. Não é invulgar um grupo informal constituir uma estrutura formal se, por exemplo, um grupo de amigos se organizar juridicamente numa associação e interagir formalmente no seu trabalho dentro dela, a rede por eles constituída passa a ser uma rede secundária formal.

Assim, percebemos o carácter dinâmico das redes relacionais que, por se fundarem em relações humanas são, tal como elas, mutáveis: transformam-se, evoluem ... Esta característica dinâmica das redes relacionais está profundamente ligada à própria natureza humana, somos um ser biológico mas também social, em constante interacção com outros e com o meio que nos envolve.

Este tipo de redes (primárias) pode ainda ser categorizada em diferentes tipos, de acordo com os papeis sociais dos seus membros constituintes, por exemplo, podem identificar-se redes de vizinhança, redes de parentesco, de amizade etc., sendo no entanto o mais frequente encontrarem-se redes mistas. Estas redes, também se podem distinguir segundo as suas características sociológicas dominantes, tais como a classe socio-económica, idade, sexo, raça, etc., podendo assim considerar-se redes de pessoas idosas, redes de jovens, imigrantes, jovens delinquentes, etc..

Dentro da rede primária podemos ainda distinguir dois níveis de relações, Sluzki (SLUSKI, 1996) é um dos autores que opera essa distinção, inserindo as relações que qualquer indivíduo estabelece nesses dois níveis: o micro e o macro.<sup>3</sup> Do primeiro nível fazem parte as relações que são estabelecidas com pessoas que estão mais próximas do indivíduo, com quem este interacciona de uma forma directa; do segundo nível, o macro nível, fazem parte as relações com a comunidade e sociedade da qual se faz parte, ou mesmo com a espécie a que se pertence, e que podem ser entendidas como indirectas.

---

<sup>3</sup> Sluzki tal como outros autores partilham desta ideia de relações que se estabelecem a um micro nível e a um macro nível. Entre eles podemos incluir autores como Banck (1973), Boissevain (1973), Noble (1973), Fisher (1977) e Wolfe (1970) autores citados por Brodeur & Rousseau (1994).

Outro autor, Jérôme Guay (s.d.) faz também uma distinção semelhante dentro da rede primária denominando de grupo de primeiro nível o que Sluzki identifica como sendo a rede de nível micro, e de segundo nível o que corresponde à rede de macro-nível.

Para o autor, a rede de nível micro, ou micro-rede, de um indivíduo é constituída por todos com os quais ele interacciona de uma forma directa. Elkaïm entende este nível como “*um grupo de pessoas, membros da família, vizinhos, amigos e outras pessoas, capazes de dar uma ajuda e um apoio tão reais como duradouros a um indivíduo ou uma família.*” (ELKAÏM 1995) Isto é, o núcleo restrito de relações que se estabelece em torno da uma unidade familiar e que envolve os indivíduos e os protege nas suas relações com a sociedade.<sup>4</sup>

Excluídas deste nível ficam as relações com pessoas que o indivíduo conhece, mas que considera serem de contactos pouco frequentes, exteriores à sua própria rede por, por exemplo, fazerem parte das redes relacionais de pessoas da sua rede relacional. Estas relações podem ser consideradas conhecimentos indirectos que, apesar de poderem esporadicamente estarem em contacto com o indivíduo, constituem por assim dizer uma reserva de conhecimentos, aos quais se poderá recorrer em caso de necessidade. Esta é a rede de macro nível, ou macro-rede (a sua definição baseia-se num critério de distância ao sujeito da rede e simultaneamente de frequência de contactos: a primeira é maior e a segunda mais reduzida).<sup>5</sup>

Em suma, pode dizer-se que as Redes Primárias formam a malha de base da sociedade e o lugar de inserção primeiro do indivíduo. São a unidade constituída por um conjunto de indivíduos que comunicam entre si sobre a base de afinidades pessoais, fora de contextos institucionais.

### 2.1.2 Rede secundária: formal e não formal

As redes secundárias podem ser formais ou não formais. A *rede secundária formal*, é uma rede em que as relações são estabelecidas a partir de instituições/entidades, o facto de se denominar de formal não tem a ver com o carácter mais ou menos formalizado do tipo de comunicação que se estabelece entre os seus componentes, mas sim com a sua funcionalidade e nível de estruturação interna, geralmente estas redes são mais definidas e estruturadas do que as não formais.

A principal característica deste tipo de rede, formal, é ser gerada para dar resposta a uma necessidade de natureza funcional, ou seja constituir-se para prestar um serviço. Por exemplo, uma empresa de produção de bens materiais, uma instituição bancária, um restaurante, uma universidade, um centro de saúde, constituem com os seus utilizadores e as suas estruturas internas as redes secundárias formais. Tal como nos diz Guédon (in BRODEUR & ROUSSEAU, 1984) os laços estabelecidos entre os diversos elementos constituintes de uma rede secundária são essencialmente de carácter funcional, onde as instituições são as fornecedoras de serviços.

---

<sup>4</sup> Para Elkaïm (ELKAÏM 1995) a rede primária pode definir-se como uma ‘encruzilhada’ entre o que é a vida privada e a vida pública, por isso um lugar privilegiado de intervenção, nomeadamente ao nível da saúde mental, o seu nível de trabalho já que é psiquiatra e terapeuta familiar.

<sup>5</sup> A estas redes de relações Speck & Attneave (SPECK & ATTNEAVE, 1990) chamaram de “redes das redes”, ou seja, aquelas que permitem aos indivíduos um encadeamento de relações a um nível mais amplo, o seu enquadramento social, para além daquele que é fornecido pelas relações que desenvolvem com a sua rede de nível micro, com a família, com os amigos, com os colegas, etc..

Em oposição às redes primárias, as redes secundárias formais, assim constituídas, são geralmente estáveis e bastante estruturadas, com normas bem definidas. Possuem um carácter formal e pouco flexível, mesmo que, como já foi possível demonstrar, possam propiciar a formação de redes primárias.

As *redes secundárias não formais* sendo muito semelhantes às anteriores, e sendo também geradas com o intuito de dar resposta a uma necessidade de natureza funcional, de prestar um serviço, não possuem o mesmo carácter oficial e, nem os mesmos procedimentos formais. Nestas redes não existe uma distinção rígida de papéis entre quem são os prestadores de serviços e quem são os seus beneficiários, nem entre aqueles que decidem que tipo de serviço prestar, como acontece na rede secundária formal.

Estas entidades surgem de uma necessidade específica e com o intuito de levar à prática uma resposta a essa necessidade sem, no entanto, possuírem um estatuto (e existência) verdadeiramente institucional. Este tipo de rede pode, por exemplo, consistir num simples grupo de pessoas vizinhas, que se organizam informalmente para dividirem uma tarefa: buscar e levar as crianças de toda a vizinhança, de e para a escola, organizando horários rotativos, ou partilha de transportes para minimizar os seus custos, ou mesmo para darem resposta a uma tarefa que de outra forma não seria possível cumprir como, por exemplo, criar, através da união de esforços, um sistema de apoio para a realização de tarefas domésticas a pessoas idosas ou dependentes.

Mais uma vez, este tipo de rede pode sofrer alterações, à semelhança do observado nas redes primárias que se transformam em redes secundárias, estas podem deixar de ser redes não formais para passarem a ser redes secundárias formais. Pegando no exemplo anterior, do grupo de pessoas que sem um estatuto formal presta serviços a pessoas idosas ou dependentes, se esse grupo se constituir, por exemplo, numa associação formal, com estatuto formal e normas rígidas, dando origem a uma associação ou instituição de apoio a dependentes, esse grupo passa a configurar-se uma rede secundária formal.

A rede secundária não formal é geralmente menos estruturada do que a rede formal, e tem uma vivência temporal mais reduzida. No entanto é, muitas vezes, considerada como a mais adequada para responder às necessidades que contribuíram para a sua formação e que constituíram a sua origem, por serem geradas pelos indivíduos que as sentem em primeiro lugar.

Nas redes secundárias formais, pautadas pelo funcionamento institucional, onde a acção é geralmente sectorizada e muitas vezes altamente burocratizada e tipificada a tendência é verificar que são, geralmente, as próprias entidades ou outras distintas, mas igualmente distantes da população-alvo, quem identifica as necessidades e, cria e disponibiliza as respostas que consideram mais adequadas às suas necessidades. Essas respostas, tantas vezes pouco adequadas e acabam por não se constituir como verdadeiras fontes de apoio e recurso para responder às necessidades reais daqueles a quem, em primeiro lugar, se destinam.

Em suma, enquanto a rede primária se constrói sobre uma base afectiva ou de afinidades pessoais, a rede secundária é constituída a partir de uma tarefa, ou necessidade, de uma instituição ou grupo de indivíduos,

em torno de uma mesma função. Aquilo que distingue a rede secundária formal da não formal é o facto de na primeira essa tarefa ou necessidade ser definida e regulada por instituições, num mesmo quadro institucional, enquanto que a rede secundária não formal não se regula da mesma forma, não tem um quadro institucional formalizado que a regule e que regule as suas relações, não tem existência oficial.

De uma forma esquemática elaborada na **Figura n.º 1** podemos observar a constituição de uma rede relacional total e a organização das relações entre as suas possíveis componentes, não esquecendo que essas relações podem também dar origem à transformação/evolução de uma rede de um para outro tipo.

**Figura n.º 1 – Representação Esquemática de uma Rede Relacional**



Fonte: adaptado a partir da representação gráfica proposta por ELKAÏM (1995)

No **Quadro n.º 1** sintetizam-se as principais características, e diferenças significativas que distinguem, a nível estrutural e a nível funcional, os dois tipos de rede: a rede primária e a rede secundária (rede secundária formal e rede secundária não formal).

**Quadro n.º 1 – Síntese das características dos tipos de rede relacional:**

	<i>Rede Primária</i>	<i>Rede Secundária</i>	
		<i>Formal</i>	<i>Informal</i>
Nível de estruturação relacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Menos estruturadas</li> <li>▶ Mais adaptáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Mais estáveis</li> <li>▶ Mais estruturadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Menos estruturadas</li> <li>▶ Curta duração</li> </ul>
Nível funcional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Onde se definem as necessidades</li> <li>▶ Consumo de serviços</li> <li>▶ Elaboração da procura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Fornecedoras de serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Fornecedoras e consumidoras dos serviços que produzem</li> </ul>

## 2.2 Classificação face à estrutura e face à função

As redes relacionais, para além de poderem ser classificadas quanto à sua forma de constituição podem, também, ser classificadas quanto à estrutura das relações existentes entre os seus elementos constituintes e quanto à função que essas relações assumem no interior da rede. Isto é, podem distinguir-se diferentes estruturas e funções das redes relacionais com base nas suas características estruturais e funcionais específicas.

A classificação estrutural remete em primeiro lugar para a delineação total da rede, a sua própria (1) dimensão,<sup>6</sup> depois para os laços entre os diversos elementos da rede e as suas características específicas, isto é, (2) a existência de inter-relação (se os membros da rede se relacionam entre si ou não), (3) o tipo de relação entre os membros (relação de parentesco, amizade, vizinhança, colega de trabalho, etc.), (4) a frequência da interacção, e (5) a proximidade das relações (se a relação é mais ou menos íntima e se existe ou não contacto social). Assim, estas características permitem classificar as redes, a partir de cinco dimensões de análise, (1) a dimensão, (2) a densidade, (3) a composição, (4) a dispersão e (5) a centralidade, respectivamente.

Da análise destas dimensões podem resultar oito tipos de rede, de acordo com a (2) densidade podemos encontrar *redes saturadas*, *redes fragmentadas* e *redes isoladas*; relativamente à (4) dispersão e à (5) centralidade, podemos identificar *redes coesas*, *redes fragmentadas* e *redes dispersas*; finalmente, atendendo à (3) composição e à (1) dimensão distinguem-se *redes homogéneas* e *redes heterogéneas*.<sup>7</sup>

Estas classificações podem ainda conjugar-se oferecendo oportunidades múltiplas de acordo com as características específicas das redes em análise, sendo por isso possível encontrar, por exemplo, redes saturadas, coesas e homogéneas; redes (duplamente) fragmentadas e heterogéneas; redes isoladas dispersas e heterogéneas; (...); e assim sucessivamente.

No que respeita à classificação funcional, podemos diferenciar as redes de acordo com as funções que elas assumem para os seus elementos constituintes. Quando pensamos numa relação entre pessoas, entidades (ou pessoas e entidades), pensamos em trocas, em comunicação entre esses elementos. Uma relação para cada indivíduo nela envolvido tem sempre um significado, uma representação, essa representação é a função da relação.

<sup>6</sup> A dimensão de uma rede (tamanho: número de elementos que a constituem) pode não parecer muito relevante. Para uma rede pessoal, o facto da rede ser grande ou pequena apenas pode conduzir a observar que, no caso de ser muito pequena o risco do indivíduo a partir do qual se identificou a rede não obter o apoio de que necessita é superior ao que ele corria se tivesse uma rede mais extensa. No entanto, esse indivíduo pode considerar que a sua rede é suficiente para preencher as suas necessidades enquanto que outro, com uma rede maior, pode inversamente considerar que a sua rede não lhe é suficiente, contrariamente ao que seria previsível face ao risco calculado pela dimensão da rede.

Para a operacionalização de outras dimensões, o tamanho da rede é tomado como um indicador, assim como acontece com outros atributos das relações, vínculos entre os membros constituintes da rede em análise, tais como: a inter-relação, a frequência da interacção, a negatividade, o contacto social e o tipo de relação.

<sup>7</sup> Naturalmente tratando-se esta tipologia de um ideal, quase nunca uma rede evidência estas características de uma forma pura, sendo o mais frequente encontrar redes com um carácter misto no entanto, dependendo da sua configuração, elas podem aproximar-se mais ou menos de um destes tipos de rede.

Geralmente a perspectiva de análise adoptada para diagnosticar as funções de uma rede relacional é a de identificar que tipos de apoio essa rede presta aos seus elementos constituintes, isto é os papéis ou funções específicas da rede analisada, mas também os elementos da rede que fornecem apoio, o tipo de apoio, e a sua qualidade (nível de satisfação dos elementos que recebem o apoio). Esta perspectiva cobre grande parte das funções de uma rede, já que assim se podem identificar, por exemplo, funções de apoio emocional, material, financeiro, logístico, informativo, etc. para além de outras funções como seja as de controlo, de companhia ou de aconselhamento.<sup>8</sup> Estas funções, identificadas por muitos dos estudiosos das redes relacionais, não constituem verdadeiramente uma tipologia funcional já que estes autores, nos seus trabalhos, vão construindo a tipologia de acordo com as características funcionais que encontram nas redes que analisam.

### 2.2.1 Classificação estrutural

Para melhor entendermos as diferentes possibilidades estruturais que as redes podem assumir, iremos desenvolver os diferentes tipos de rede, a sua forma de análise e também as suas principais implicações no diagnóstico de redes relacionais. Felix R. Santos (SANTOS, 1991) é um dos autores que, com base na (2) densidade das redes relacionais, as classificou nos três tipos base: *redes saturadas*, *redes fragmentadas*, e *redes isoladas*.

Este autor salienta a importância da análise da densidade, chamando à atenção para o facto de se dever ter em conta, tanto as relações que existem entre os demais membros de uma rede, como aquelas que não existem porque *“a configuração da presença ou ausência de laços entre os membros da rede, revelam a sua estrutura específica. De acordo com os elementos que compõem a sua estrutura, a rede variará desde a estrutura mais isolada, em que nenhum elemento está relacionado com os demais; até à rede de estrutura saturada, em que todos os elementos estão directamente relacionados uns com os outros”* (SANTOS, 1991).

#### 2.2.1. - a) A rede saturada

A *rede saturada* comporta um único grupo e em que todos os elementos se conhecem e se relacionam mutuamente. Este tipo de rede, caracterizada por um elevado grau de circulação e reciprocidade na comunicação e transferência de informação internas, é considerada muito positiva na medida em que o grau de compromisso entre os seus membros é total, sendo particularmente dotada de uma grande capacidade de mobilização interna, já que cada um dos seus membros se disponibiliza para responder às solicitações de qualquer outro deles.

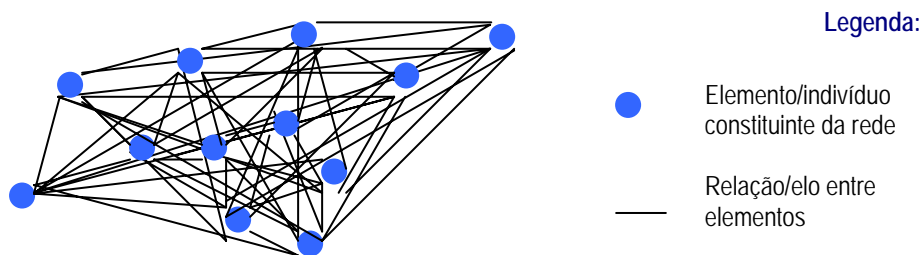
---

<sup>8</sup> As designações aqui utilizadas nem sempre são identificadas da mesma forma pelos diferentes autores de quem os contributos foi possível recolher, sendo que o apoio material é muitas vezes designado de apoio instrumental, o apoio emocional é designado de apoio afectivo, o financeiro de monetário, e, a função de aconselhamento é também designada de função de guia cognitivo e de conselhos.

Estas diferentes designações devem-se, como já foi possível referir, à ausência de uma tipologia específica que cubra todas as possibilidades analíticas e, também, à liberdade de cada autor construir a sua própria tipologia, para melhor a adequar às características específicas das redes relacionais que está a estudar.

Quanto maior for a saturação de um grupo de indivíduos, mais facilmente eles podem comunicar e agir em conjunto. Como nos diz Fischer (FISCHER, 1982), as pessoas em redes saturadas parecem sentir-se mais envolvidas umas com outras, no entanto, este tipo de rede apresenta algumas fragilidades, tais como o elevado nível de controlo exercido entre os seus constituintes que pode ser um factor de risco para o seu bom funcionamento e, a forte pressão grupal para a conformação, o que torna a rede fechada a novos contactos, recursos e ideias exteriores.

Figura n.º 2 - Representação esquemática de uma rede saturada



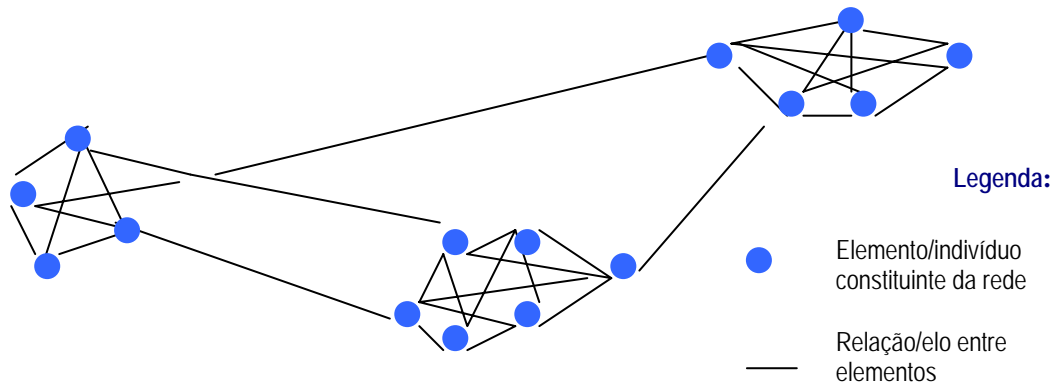
### 2.2.1. - b) A rede fragmentada

A *Rede Fragmentada*, é caracterizada pela existência de sub-grupos relativamente independentes. Estes podem ser determinados pela relação dos elementos seus constituintes (família, amigos, vizinhos), ou por outra situação específica comum a todos e que justifique o seu inter-relacionamento, (local de trabalho, partilha de passatempos, pertença a uma mesma associação, etc.). As pessoas que constituem cada um desses sub-grupos relacionam-se somente entre si, não estabelecendo se não contactos muito fracos, ou mesmo nenhuns com os elementos dos demais sub-grupos. Imediatamente podemos verificar uma das desvantagens das redes fragmentadas, que nem sempre servem os melhores interesses dos seus elementos constituintes, nomeadamente quando se pensa em situações de grupo, já que a falta de união favorece a quebra de laços, alianças e outras ferramentas importantes para a concretização de tarefas comuns.

A existência destes sub-grupos implica todas as vantagens e desvantagens das redes saturadas no seu interior, isto é, potencialmente os circuitos de comunicação restringem-se a esses sub-grupos, e mesmo o tipo de informação e as acções aí geradas acabam por ser diferenciadas para cada um deles. Mas, quando analisada no seu conjunto, esta rede, apresenta outras vantagens superiores às das redes saturadas, como sejam uma grande flexibilidade das relações internas, pois a existência de contactos entre os sub-grupos favorece o aparecimento e a facilidade de novos contactos; um elevado grau de adaptação à mudança e a transformações, sejam internas ou externas; e uma elevada capacidade de acesso a novos contactos e mobilização de recursos, internos e externos.

Apesar de não haver um consenso claro, a tendência é para considerar que as redes fragmentadas, portanto as menos saturadas, são aquelas que propiciam melhores relações entre os seus elementos constituintes, quando considerados individualmente, uma vez que as redes saturadas proporcionam geralmente um elevado grau de controlo e pressão social.

Figura n.º 3 – Representação esquemática de uma rede fragmentada



### 2.2.1. - c) A rede isolada

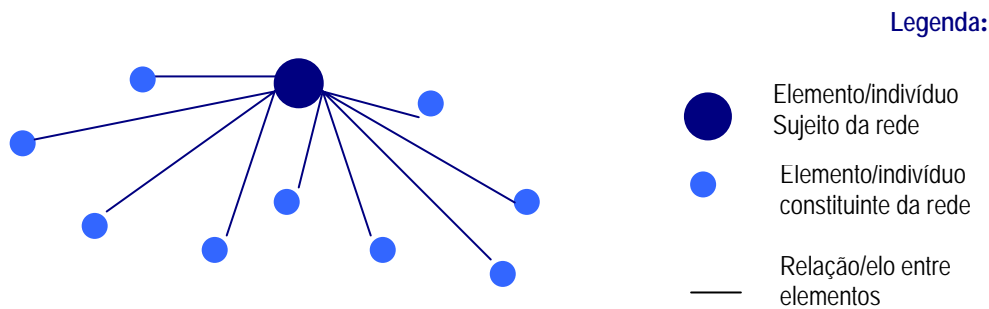
Na *rede isolada*, os seus diversos membros não se conhecem entre si, por assentar unicamente sobre um sujeito que mantém todas as relações, este tipo de rede é geralmente transitória e de curta duração, acabando por não persistir. Nesta rede não existe qualquer forma de compromisso, controlo ou pressão para a conformação entre os elementos da rede, já que todas as relações são mantidas por um só dos seus membros, no entanto essa situação nem sempre é compensadora para esse elemento. Carlos E. Sluzki afirma esta ideia defendendo que, “*uma rede com nível de densidade muito alto favorece a conformidade dos seus membros – pressão para a adaptação do indivíduo às regras do grupo – e, se o desvio individual persiste, favorece a exclusão do indivíduo da rede (...); um nível de densidade muito baixo reduz a efectividade pela falta do efeito potenciante do conforto.*” (SLUZKI, 1996).

Nesta rede, as relações tendem a ser frágeis, pouco estáveis e não duráveis o que não permite bons níveis de apoio, acesso a novos contactos e recursos externos e impossibilita a mobilização e optimização de recursos internos (já que não existem relações internas aos elementos da rede, para além da que mantém com o sujeito que os liga).

O mais provável, a encontrar-se uma rede deste tipo, é que ela evolua para uma das outras formas possíveis ou se dissolva (das duas, a hipótese menos provável). A dissolução da rede poderia, também, verificar-se no caso das redes saturadas ou fragmentadas, contudo essa situação seria muito mais improvável, essas redes são constituídas por diversos elos que mantêm relações mais ou menos estreitas com todos ou pelo menos

alguns membros dessa mesma rede. Ou seja, mesmo que um (o elemento que por hipótese assegure a maior parte das relações) ou mais elementos dessa rede desapareçam, a rede pode ser mantida continuando-se a estabelecer relações entre os demais elementos, o que não acontece na Rede isolada se o elemento que mantém todas as relações desaparecer.

Figura n.º 4 - Representação esquemática de uma Rede isolada



No que diz respeito à (4) dispersão e à (5) centralidade, estas dimensões avaliam a distância entre os diversos membros componentes da rede, ou seja definem os diferentes níveis de proximidade entre os diferentes membros componentes da rede. Estas duas dimensões, da proximidade, são analisadas em função da frequência da interacção dos membros da rede; e, pela intimidade, negatividade e contacto social, respectivamente.<sup>9</sup> É a partir da sua associação que podemos classificar as redes em estruturas que variam desde a mais dispersa à mais coesa. Esta análise, por evidenciar a distância entre os membros da rede contemplando tanto a frequência da interacção como os níveis intimidade entre os seus diversos elementos, permite perceber a facilidade de acesso e conseqüente eficácia na rapidez de comunicação, acção e mobilização dos diversos membros que a constituem.

Esta conjugação, permite delinear uma espécie de 'rede de proximidade', porque quando os membros de uma rede mantêm relações muito frequentes e simultaneamente marcadas pela existência de contactos sociais<sup>10</sup> e de um carácter pessoal ou de intimidade, eles tornam-se centrais, o que aumenta a coesão da rede. Fischer (FISCHER, 1982) refere que, quando as pessoas tem um ou mais desses associados tendem a considerar-se satisfeitas com o apoio gerado na sua rede, o que permite aferir que essas relações têm um papel central, sendo relações de apoio privilegiadas.

<sup>9</sup> A negatividade, indicador frequentemente utilizado para avaliara a proximidade entre os elementos de uma rede respeita às relações que os indivíduos identificam como menos positivas ou mais problemáticas, o que equivale a dizer, que serão relações menos próximas e que num contexto de necessidade (solicitar ajuda, participação, mobilização de recursos, etc.) essas relações estarão menos favorecidas. Este indicador, quando associado a uma determinada frequência da interacção e à existência, ou não, de intimidade, e contacto social entre os membros da rede em análise, diminui contrariamente aos primeiros (que apenas se poderão verificar como inexistentes ou nulos), a sua proximidade.

<sup>10</sup> O contacto social ou partilha de actividades sociais pode não parecer muito significativa, especialmente quando se analisa a existência de uma relação pessoal ou íntima entre os membros de uma rede. No entanto, podemos ter uma relação com uma determinada pessoa, não partilhar com ela assuntos pessoais ou íntimos mas partilhar outras actividades, ou momentos sociais, o que nos aproxima mais dessa pessoa, do que de outra com a qual mantemos uma relação onde não existe nem este tipo de contacto, nem a partilha de assuntos pessoais ou íntimos.

### 2.2.1. - d) A rede coesa

Nesta rede, a frequência de interacção entre os seus membros é muito elevada, sendo ainda mais próximos aqueles que mantêm relações de alguma intimidade isto é, onde existem relações pessoais que permitem aos elementos envolvidos a partilha de assuntos que podendo ser diversos são considerados como pessoais (não necessariamente íntimos), assuntos (mesmo assuntos de trabalho, mas que sejam encarados como pessoais).<sup>11</sup> Um exemplo típico destas redes pode ser uma rede familiar, nomeadamente a da família mais próxima (pai, mãe, filhos, ...), neste exemplo é fácil perceber a elevada frequência da interacção e, a partilha de assuntos pessoais ou íntimos e de outros contactos sociais.

### 2.2.1. - e) A rede fragmentada (face à dispersão e centralidade)

Na *rede fragmentada* encontramos grupos de pessoas relativamente independentes entre as quais se mantêm relações mais próximas e mais activas, e outros onde essas relações podem ser mais afastadas e menos activas (mais espaçadas no tempo), esta rede apresenta uma forma semelhante à rede fragmentada (de acordo com a densidade) podendo mesmo sobrepor-se-lhe, no entanto pode verificar-se esta estrutura em qualquer outro tipo de rede, onde as relações tenham intensidades de frequência e aproximação pessoal diferentes umas das outras.

Geralmente, é sempre possível aproximar as redes mais da situação de rede coesa, ou mais da situação dispersa, no entanto a sua dispersão e centralidade podem ser irregulares e não corresponderem a grupos específicos dentro de uma mesma rede. O mesmo pode acontecer numa rede isolada, onde o sujeito que mantém a rede estabelece com os outros elementos relações de diferentes níveis de aproximação pessoal e de diferentes frequências nos seus contactos.

### 2.2.1. - f) A rede dispersa

A *rede dispersa* caracteriza-se por uma baixa frequência de contactos entre a maioria ou entre todos os seus elementos constituintes e por um baixo nível de aproximação pessoal ou mesmo nenhum. Este tipo de rede é considerada muito negativa, não trazendo quaisquer vantagens para os seus membros, mesmo que esteja associada a uma rede saturada, já que vai diminuir grandemente as suas potencialidades. Tomemos como exemplo um grupo de antigos colegas de liceu, estes conhecem e relacionam-se todos entre si no entanto, encontram-se apenas uma vez por ano (o que quer dizer que até mantêm contactos sociais) mas, entre eles não existe qualquer partilha de assuntos pessoais, ou isso só acontece num nível muito reduzido. O tipo de apoio que esta rede poderá gerar é de igual forma muito incipiente.

---

<sup>11</sup> Quando perguntamos a uma pessoa se partilha assuntos íntimos ou pessoais com outra, (por exemplo a um amigo, ou mesmo a um colega de trabalho), não importa a natureza do assunto, este pode dizer respeito a uma questão familiar, a um problema pessoal, ou mesmo a uma situação de trabalho, o importante é ter um carácter pessoal, definido pela própria pessoa.

Importa aqui salientar que a maior ou menor dispersão das redes, podendo associar-se a qualquer outro tipo de rede já definido, contribui no mesmo sentido para aumentar ou diminuir todas as vantagens e desvantagens a elas associadas. Assim, se uma rede apresentar uma estrutura isolada, mas a sua coesão for elevada, as suas capacidades (embora reduzidas) serão naturalmente maiores do que se à semelhança do exemplo anterior for uma rede dispersa. O mesmo acontece com uma rede saturada, que perde capacidades quanto menor for a coesão dos seus elementos constituintes, ou as vê significativamente aumentadas, se a coesão for elevada, e assim sucessivamente para os outros tipos de rede possíveis.

Através da (3) composição e da (1) dimensão, podemos conhecer as redes relacionais dentro de grupos específicos e delinear-los de acordo com o tipo de relação existente entre os seus membros. Assim, podemos identificar redes mais homogêneas ou mais heterogêneas, dependendo das características de quem as compõe. O tipo de relação respeita à identificação desses membros, se são familiares, amigos, vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho ou outros, por exemplo institucionais (o médico, o professor, o bancário, o patrão, etc.).

Dependendo da quantidade de elementos dentro de cada grupo dessas relações, podemos perceber se existem grupos mais importantes do que outros, já que se um desses grupos tiver um peso elevado na constituição total da rede é provável que ele se torne o central. Este grupo assumirá uma posição tão mais importante quanto maior for a coesão entre os seus elementos e o seu nível de proximidade.

O conhecimento destes elementos revela-se muito eficaz, na medida em que permitem perceber a flexibilidade da rede, tendencialmente *“as redes muito localizadas são menos flexíveis e efectivas, e geram menos opções que as redes de distribuição mais ampla (...)”* (SLUZKI, 1996). Isto é, as redes mais heterogêneas são consideradas mais positivas, pela diversidade de relações que agregam, enquanto que as homogêneas promovem o fechamento das relações.

### 2.2.1. - g) A rede homogênea

A *rede homogênea* é constituída por um único grupo de elementos que mantêm o mesmo tipo de relação entre eles, redes deste género não são invulgares se pensarmos nas redes familiares, ou nas redes de amizade. Mas, o mais vulgar é encontrarmos redes deste tipo dentro de outras redes mais amplas ou seja, se pensarmos numa rede fragmentada, aquelas onde a densidade das relações entre os seus elementos constituintes se divide por sub-grupos, facilmente associamos a cada um desses grupos uma rede homogênea, composta por elementos que partilham uma mesma relação (a existência dessa relação comum a todos os elementos pode ser a causa da existência desse grupo, tal como outras situações comuns a todos os seus elementos constituintes).

Assim, podemos imaginar uma rede mista composta por diversos grupos, onde um dirá respeito a relações de amizade, outro a colegas de trabalho, outro a familiares, etc. – a estas redes chamamos de redes heterogêneas..

**2.2.1. - h) A rede heterogénea**

Uma *rede heterogénea* é por definição uma rede onde o tipo de relações que os seus elementos mantêm são diversas, podendo nessa rede existir relações de amizade, de parentesco, de colegas de trabalho, de vizinhança, etc., sem que nenhum desses tipos de relação pareça sobressair relativamente aos outros ou, como já se referiu, onde possam existir grupos dessas relações relativamente independentes uns dos outros, cada um com uma importância associada, em função do seu peso na rede total.

A principal dedução que pode relevar da análise da composição é que, à semelhança do que acontece com a dispersão, a maior ou menor homogeneidade das redes, podendo associar-se a qualquer outro tipo de rede já definido contribui no mesmo sentido para aumentar ou diminuir todas as vantagens e desvantagem associadas a essas redes. No quadro que se segue sintetizam-se as principais características destes três níveis de saturação das redes, e da sua relação com os outros tipos de rede enunciados.

Quadro n.º 2 – Síntese das principais características das Redes Relacionais

	<b>Rede Saturada</b>	<b>Rede Fragmentada</b>	<b>Rede Isolada</b>
<b>Potencialidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ circulação de informação rápida e total</li> <li>▶ grande capacidade mobilização interna</li> <li>▶ rapidez na acção elevado grau de envolvimento e compromisso entre todos os seus membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ elevado grau de adaptação à mudança e transformações</li> <li>▶ elevada permeabilidade a novas ideias</li> <li>▶ elevado acesso a novos contactos e recursos externos</li> <li>▶ flexibilidade de relações internas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ a única vantagem desta rede é facilmente poder evoluir para outro tipo de rede</li> </ul>
<b>Fragilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ forte controlo e pressão grupal</li> <li>▶ forte pressão para a conformação</li> <li>▶ reduzido acesso a novos contactos, recursos exteriores</li> <li>▶ reduzida capacidade de mobilização externa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ desequilíbrio no apoio e capacidade de mobilização interna</li> <li>▶ barreiras internas à optimização de recursos</li> <li>▶ circulação de informação diferenciada por grupos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ reduzida durabilidade</li> <li>▶ reduzido apoio e capacidade de mobilização interna</li> <li>▶ incapacidade de optimização de recursos</li> <li>▶ reduzido acesso a novos contactos e recursos externos</li> <li>▶ ausência de circulação da informação (circulação apenas bidirecional, entre o sujeito e cada um dos outros elementos)</li> <li>▶ fraca reciprocidade</li> <li>▶ grau de compromisso interno inexistente</li> </ul>
<b>Associação a outros tipos de rede</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ as potencialidades e as fragilidades aumentam com a maior coesão dos seus elementos constituintes e com a sua maior homogeneidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ as potencialidades e as fragilidades aumentam com a maior coesão dos grupos seus constituintes e com a maior homogeneidade de cada um desses grupos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ as potencialidades e as fragilidades aumentam com a maior coesão dos seus elementos constituintes e com a sua maior homogeneidade</li> </ul>

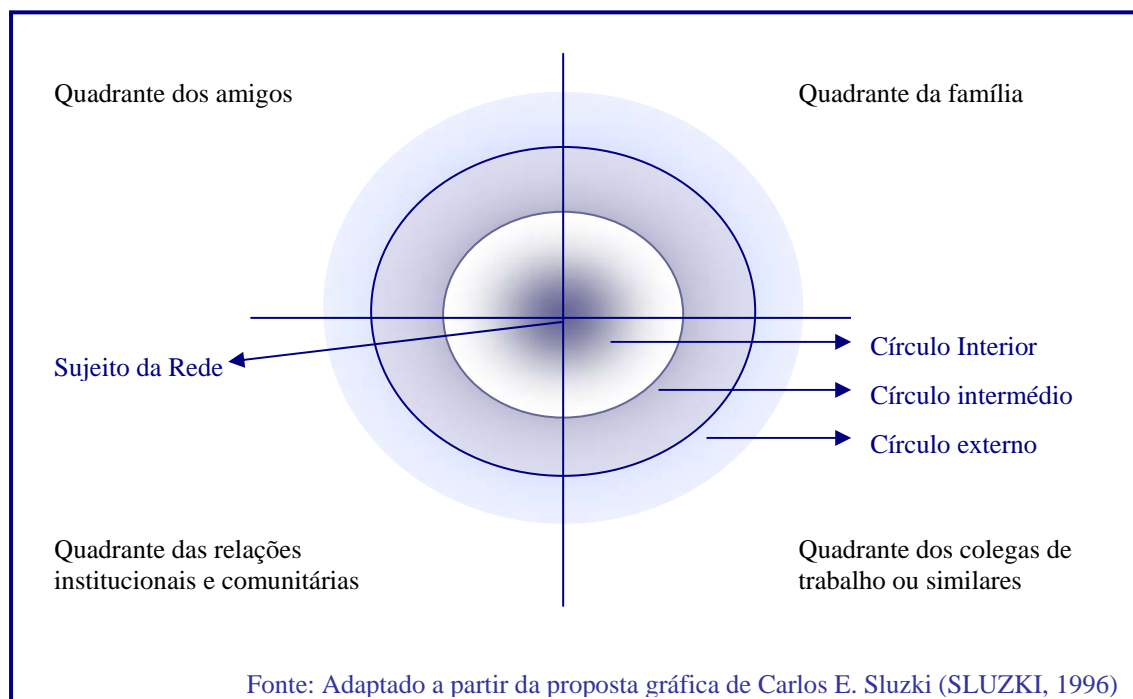
### 2.2.2 Operacionalização das dimensões estruturais

Para perceber a importância da análise estrutural e a sua forma de operacionalização será esclarecedor ver o modo como se podem caracterizar as redes sob um ponto de vista integrador, equacionando dimensão da rede, com as demais dimensões de análise: a densidade, a dispersão e a centralidade, e a composição.

Tomemos como exemplo uma rede fragmentada (quanto à densidade), onde existem sub-grupos baseados na composição isto é, sub-grupos baseados no mesmo tipo de relação, portanto homogêneos, como a caracterizamos? Através da conjugação das diversas dimensões analíticas. A conjugação da dispersão, da centralidade e da densidade das relações internas a cada um desses sub-grupos permite aferir, por exemplo, se os elementos constituintes forem distantes, por não manterem contactos muito frequentes uns com os outros, a existência um bom entendimento e de relações favorecidas, como? Através do diagnóstico da densidade, se esta for elevada, e da centralidade, se existirem elementos centrais, próximos uns dos outros, ou se existir mesmo um grupo que assuma essa posição central (por exemplo, um grupo de amigos muito próximos, etc.).

Sluzki (1996), propõe para esta conjugação de dimensões a construção de um mapa de rede, uma representação gráfica onde se podem inscrever os diversos elementos constituintes das redes em posições diferenciadas, de acordo com as características específicas das relações que os unem. Este mapa, foi utilizado por Sluzki, para a análise de redes pessoais, rede estudadas a partir de um só dos seus elementos que é tomado como o centro da rede.

Figura n.º 5 - Representação gráfica do mapa de uma Rede Relacional

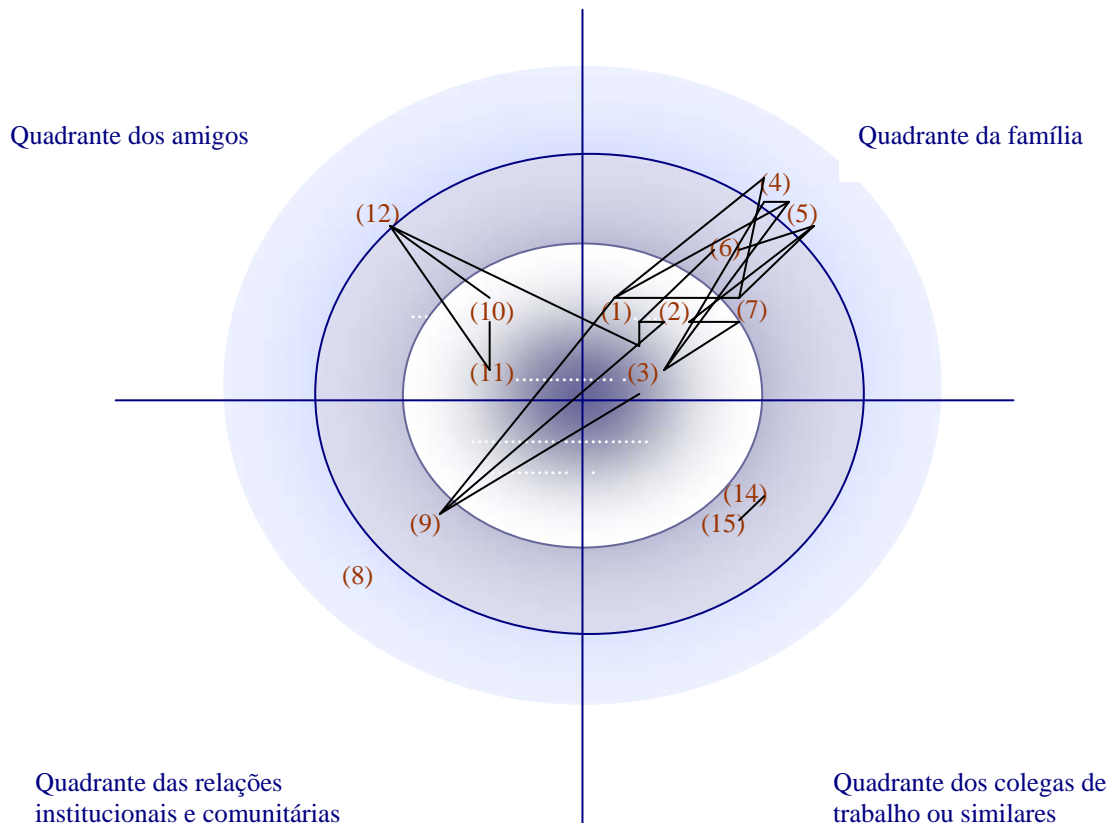


Através desta representação gráfica depreende-se que o mapa da rede relacional proposto por Sluzki (SLUZKI, 1996) identifica quatro possíveis quadrantes relacionais: a família, os amigos, as relações institucionais ou comunitárias e os colegas de trabalho (ou relações similares), e três possíveis distâncias entre o sujeito da rede e os seus associados. No entanto, podemos adaptá-lo de acordo com as necessidades, propondo mais ou menos possibilidades de sectores na composição da rede, ou de distâncias entre os associados da rede em análise.

Porque a rede relacional de um sujeito pressupõe um conjunto de interações que este mantém com os outros elementos e, porque estes constituem e representam, por sua vez, diferentes tipos de relações e diferentes tipos de proximidade com o sujeito, cada elemento da rede é representado no quadrante de que faz parte e, inscrito numa das três áreas distintas, representadas por círculos (o círculo interior, o intermédio e o exterior). A cada um desses círculos corresponde uma proximidade específica, sendo o critério em que se baseia o posicionamento dos elementos, o do grau de proximidade e a frequência de interação mantida entre eles. No círculo interior, representam-se todos os elementos com os quais o sujeito mantém uma relação íntima e de contacto mais frequente; no círculo intermédio inscrevem-se aqueles que mantêm relações menos próximas e menos frequentes; e finalmente, no círculo mais exterior representam-se aqueles com relações pouco ou nada próximas e mais esporádicas ou pontuais.

Dentro deste mesmo mapa podemos, ainda, dar forma gráfica às relações entre os seus membros, uma vez identificado o seu posicionamento através de pontos identificam-se as suas relações através de traços, dando forma à densidade da rede (construindo um grafo).

Tomemos o exemplo de um indivíduo, sujeito da rede, que identifica como fazendo parte integrante da sua rede (1) o pai, (2) a mãe, (3) o irmão, com quem o sujeito mantém relações próximas, de contacto diário – estes elementos seriam representados no sector destinado às relações familiares, e dentro do círculo mais interno; ainda neste sector, o sujeito identifica (4) o tio, (5) a tia, com os quais tem uma relação pontual e pouco próxima e, (6) a prima e (7) a avó, com quem tem alguma proximidade e contactos mais frequentes do que com os tios (4 e 5) – todos estes elementos se conhecem entre si; dentro do sector das relações institucionais e comunitárias o sujeito identifica (8) um vizinho e (9) o médico de família, o primeiro sem qualquer proximidade pessoal do sujeito e mantendo apenas contactos pontuais e, o segundo com alguma proximidade e de frequência de contacto mediana – só o médico conhece os seus pais e o seu irmão (1,2, e 3); o sujeito identifica ainda três amigos, (10) e (11) como muito próximos e de grande frequência de contactos e (12) mais distante e de contacto pontual – todos se conhecem entre si, um (12) conhece também o irmão (3); por último identifica dois colegas de trabalho (13) e (14), relativamente próximos e com uma frequência de contacto mediana, que apenas se conhecem entre si.

Figura n.º 6 - Representação gráfica de uma rede relacional<sup>12</sup>

Olhando para este mapa, assim construído, facilmente podemos observar, quanto à composição, tratar-se de uma rede heterogénea onde existe um grande peso das relações familiares, de facto metade (50%) da rede é constituída por familiares do sujeito, repartindo-se a outra metade pelas relações de amizade que representam 22% das relações, as relações institucionais e comunitárias com um peso de apenas 14%, assim como as relações com os colegas de trabalho (14%).

No que respeita à densidade da rede, dispersão e centralidade, a rede é (duplamente) fragmentada, a frequência da inter-acção é diversa, variando entre os associados do sujeito e, a partir da própria composição da rede, podemos identificar três grandes sub-grupos: 1) um central, o da família, onde se situam a maioria das relações mais próximas do sujeito e no seio do qual todos se inter-relacionam, formando uma 'sub-rede' bastante coesa; 2) o das relações de trabalho e, 3) o dos amigos. Estes dois últimos grupos são bastante independentes. O primeiro mais do que o segundo uma vez que um dos seus elementos, para além de se relacionar com o sujeito, se relaciona também com outro elemento do sub-grupo familiar.

<sup>12</sup> Representação gráfica elaborada a partir do exemplo fictício anterior, utilizando o esquema de mapeamento de redes relacionais proposto por Carlos E. Sluzki (SLUZKI, 1996).

Encontramos ainda um elemento da rede perfeitamente isolado, e outro que se relaciona apenas com o núcleo central do sub-grupo familiar. As relações centrais verificam-se no quadrante familiar, mas também no das amizades, onde dois dos amigos do sujeito Ihe são muito próximos, distinguindo-se dos demais e tornando-se salientes em caso de necessidade.

### **2.2.3 Classificação funcional**

As características funcionais de qualquer rede relacional são determinadas, basicamente, em função do tipo ou tipos, de relação que se desenvolvem e se mantêm dentro dela. Uma rede proporciona diversos tipos de apoio aos seus elementos constituintes, e também de diversas formas e intensidades. O mais natural é todas as redes apresentarem um carácter multifuncional já que, como nos diz Santos (SANTOS, 1991) dentro das redes circulam diversos tipos de informação e as relações dentro de uma rede não são, regra geral, todas do mesmo tipo.

A tendência natural do Homem não é a de limitar, tipificar as suas relações a um único nível da sua existência, as redes tem uma propensão natural para se complexificarem, e misturarem as relações e as funções dessas relações. Naturalmente encontramos, colegas de trabalho que também são amigos, familiares que apenas tem uma única função ou que encerram em si diversas funções, etc.. As possibilidades são praticamente ilimitadas, o ser humano desenvolve e envolve-se em vários tipos de relações e, explora as suas capacidades na medida das suas necessidades, das disponibilidades dos outros e no aumento ou diminuição da confiança e compromisso que com eles estabelece. Apesar desta característica de multifuncionalidade das redes sociais, pode existir uma função identificada como a mais importante ou predominante dessa rede.

A multifuncionalidade reporta-se ao número de diferentes maneiras cada indivíduo está envolvido com outro. Se tudo o que um indivíduo faz com outra pessoa é apenas uma coisa essa relação é mono/unifuncional (especializada) mas, se partilhar outras funções com essa pessoa a relação já é multifuncional (bifuncional, trifuncional, etc.). De acordo com Fischer (FISCHER, 1982) a multifuncionalidade pode ser entendida como um factor de maior proximidade com uma ou várias pessoas, o que por sua vez pode favorecer essas relações, enquanto que a existência de monofuncionalidade nas relações pode demonstrar alguma superficialidade, especialmente se essas relações não forem íntimas.

Para além da identificação de que tipos de função a rede pode possuir, outras dimensões funcionais podem ser analisadas. Podemos, nomeadamente, diagnosticar para cada função presente na rede, quem presta o apoio associado a essa função, se esse apoio é adequado às necessidades sentidas por quem o solicita e qual a qualidade desse apoio (nível de satisfação com o apoio recebido).

#### **2.2.4 Operacionalização das dimensões funcionais**

Para os estudiosos das redes relacionais a função de uma rede pode ser operacionalizada através de uma questão simples: que apoio é que cada indivíduo, presta aos outros elementos constituintes da sua rede de relações? Independentemente do tipo de relação existente entre os elementos de uma rede há sempre, pelo menos, um tipo de apoio que releva dessa relação. Isto é, independentemente da relação ser identificada como uma relação de amizade, uma relação familiar, uma relação de vizinhança, uma relação institucional, etc., dessa relação resultam sempre fluxos de apoio, que se dão, se recebem ou se trocam onde, um amigo, um vizinho, um familiar, ou uma entidade pode trocar com os outros elementos constituintes da sua rede diferentes tipos de apoio.

Assim, a primeira dimensão de análise relativa à funcionalidade das redes respeita identificação de quem dentro de uma rede presta apoio aos outros elementos que a constituem. Só depois de definida esta questão se pode perceber que tipo de funções a rede pode incluir, que será a segunda dimensão, como já se disse, facilmente detectada através do questionamento sobre que tipo de apoio é que cada um dos elementos já identificados prestam, é a partir desta última dimensão que podemos analisar a multifuncionalidade ou a monofuncionalidade da rede (e de cada um dos seus elementos).

Outra das dimensões que se pode analisar é a adequação do apoio prestado às necessidades de quem o solicita. Para perceber esta adequação conjuga-se o apoio prestado com o apoio solicitado isto é, perguntando a cada elemento que tipo de apoio é que costuma solicitar e, analisando a correspondência com o tipo de apoio que costuma receber dos outros membros da sua rede.

Associada a esta dimensão de análise está a qualidade do apoio, o nível de satisfação de quem pede o apoio, com o apoio recebido. Desta análise resulta a avaliação geral das diferentes funcionalidades das redes, sendo possível perceber a qualidade da rede em cada função que possui e para o grupo, ou grupos de elementos que delas necessitam e tiram partido.

## II. Instrumento de diagnóstico de redes relacionais

De acordo com Barry Wellman (in WELLMAN & BERKOWIZ, 1991)<sup>13</sup> uma das potencialidades básicas da análise de redes relacionais é que ela permite, não só a percepção do sistema social que se analisa, de acordo com as características específicas dos seus elementos constituintes, mas principalmente o facto de através desta análise podermos identificar, traçar fluxos de comunicação, circuitos de informação privilegiados, identificar as suas fontes e os seus alvos, e detectar eventuais constrangimentos estruturais inerentes a esses mesmos circuitos.

Será pois este o objectivo central do instrumento de diagnóstico proposto para a intervenção em núcleos familiares de crianças e/ou jovens vítimas de maus-tratos. Para isso, torna-se necessário empreender a recolha de informação relativa aos diferentes indicadores que nos permitirão a análise estrutural e funcional das redes relacionais.

O instrumento aqui apresentado, elaborado sob a forma de inquérito tem, assim, como finalidade última o conhecimento aprofundado da rede relacional dos indivíduos pertencentes ao núcleo familiar alvo de intervenção. Interessa a este nível especificar o melhor possível como é que se pretende chegar a esse conhecimento.

Assim, o inquérito encontra-se dividido em duas partes fundamentais, uma que remete para as características estruturais e a outra para as características funcionais de cada rede em análise. Da primeira fazem parte as informações relativas a (1) dimensão da rede, a (2) densidade, (3) a composição, (4) a dispersão e, a (5) centralidade.

Os indicadores em questão serão, respectivamente:

- |     |   |                         |
|-----|---|-------------------------|
| (1) | O tamanho da rede                               | (dimensão e composição) |
| (2) | A relação (inter-relação)                       | (densidade)             |
| (3) | O tipo de relação, o tamanho da rede            | (composição)            |
| (4) | A frequência da interacção                      | (dispersão)             |
| (5) | A negatividade, a intimidade, o contacto social | (centralidade)          |

A (1) dimensão é traduzida pela delimitação da rede relacional total. Para delinear a rede pede-se ao inquirido para identifique todas as instituições com as quais mantém uma relação de parceria (formal ou informal) e que sejam importantes para a sua instituição, mesmo aquelas com quem possa não manter as melhores relações, mas que de alguma maneira tem uma relação significativa para a instituição. Os dois critérios utilizados são a existência de relação de parceria e a importância (que lhe é atribuída pelo inquirido).

<sup>13</sup> Barry Wellman, "Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance", in WELLMAN, Barry & BERKOWITZ, S. D., (org), (1991), *Social Structures: a Network Approach*, New York, Cambridge University Press, pp. 19-61.

A importância é pois o primeiro critério para o conhecimento da rede relacional de um indivíduo. Essa importância não é concedida pelo carácter (importância social reconhecida, dimensão ou poder) do elemento constituinte da rede mas sim pela importância que lhe é conferida pelo sujeito dessa rede. Isto é, quando se identifica a rede relacional de um determinado elemento isso faz-se mediante o critério da importância concedida por ele mesmo a cada um dos outros elementos que identifica – o inquirido identifica cada elemento (entidade, pessoa) da sua rede porque se relaciona com ele e, porque essa relação é importante para si.

Para a identificação não importa que nível de importância (que grau, etc.), interessa que o sujeito lhe atribua importância e por isso o identifique como membro da sua rede, independentemente de ser muita ou pouca, de ser positiva ou negativa, de se tratar de um mero conhecido, um amigo, um inimigo, um companheiro, um representante de uma entidade que lhe ‘prestou’ um bom ou mau serviço... Em suma, interessa tratar-se de um elemento com significado e que, por isso é identificado como parte integrante da rede.

A (2) densidade de uma rede é analisada em função do inter-relacionamento dos seus elementos constituintes, devendo o inquirido identificar quem são as pessoas, dentro da sua rede, que se relacionam entre si. Este indicador reveste-se de grande importância pois quanto mais densa for a rede maiores serão as capacidades do seu sujeito de melhorar, incentivar, ou mesmo estabelecer novas relações dentro e a partir dessa rede.

Quando uma rede é muito densa, maior é o número de pessoas que se relacionam entre si e, portanto, maior é a possibilidade se fazerem conhecer umas às outras e por isso maiores serão as probabilidades de aprofundarem as suas relações (consequentemente de as aprofundarem também ao nível da confiança).

Para analisar a (3) composição que, conjugada com a dimensão da rede, permite delinear na rede cada grupo relacional específico pede-se ao entrevistado para definir a sua relação com cada elemento da rede, indicando todas as relações que mantém com eles: relações profissionais (colegas de trabalho, chefias...), relações de parentesco, relações de amizade, vizinhança...

A análise da (4) dispersão e da (5) centralidade permite conhecer a rede do inquirido dentro de cada grupo específico e delinear a intimamente, para isso utilizam-se três indicadores, a frequência de interacção, a intimidade e, a negatividade, solicitando-se ao inquirido para medir a frequência de interacção, e, para identificar com que elementos da rede é que fala sobre assunto íntimos pessoais e, finalmente, pedindo-se que seja indicado com quem da rede é que existe uma relação menos positiva, ainda que essa relação seja importante.

Na segunda parte do inquérito analisam-se as funcionalidades da rede. Os aspectos funcionais da rede dizem respeito aos papéis ou funções específicas da rede. Identificar os elementos da rede que fornecem apoio, o tipo de apoio, a sua adequação, qualidade e reciprocidade, é uma forma de dar conta dessas funcionalidades.

Para esta análise solicita-se o inquirido para:

- nomear todos os elementos a quem costuma recorrer;
- definir o tipo de situação o que o leva a recorrer a essas pessoas;
- identificar o tipo de apoio recebido; e, finalmente,
- definir o nível de apoio recebido.

Para isso, podemos entre outras, definir como possibilidades funcionais da rede, as seguintes: **materiais**, **logísticas**, **financeiras** (solicitar coisas/objectos móveis ou imóveis ou dinheiro, mesmo que apenas por empréstimo. Por exemplo: um carro, alimentos, dinheiro para o pagamento de uma conta em atraso, etc.); **práticas** (ajuda nas tarefas domésticas, ajuda para cuidar das crianças, levar as crianças ao médico, regar as plantas quando estão fora de casa, recolher o correio, etc.); e, emocionais ou afectivas (atenção, conselhos, ensinamentos, informações, orientações, “um ombro amigo”, “um ouvido atento” etc.).

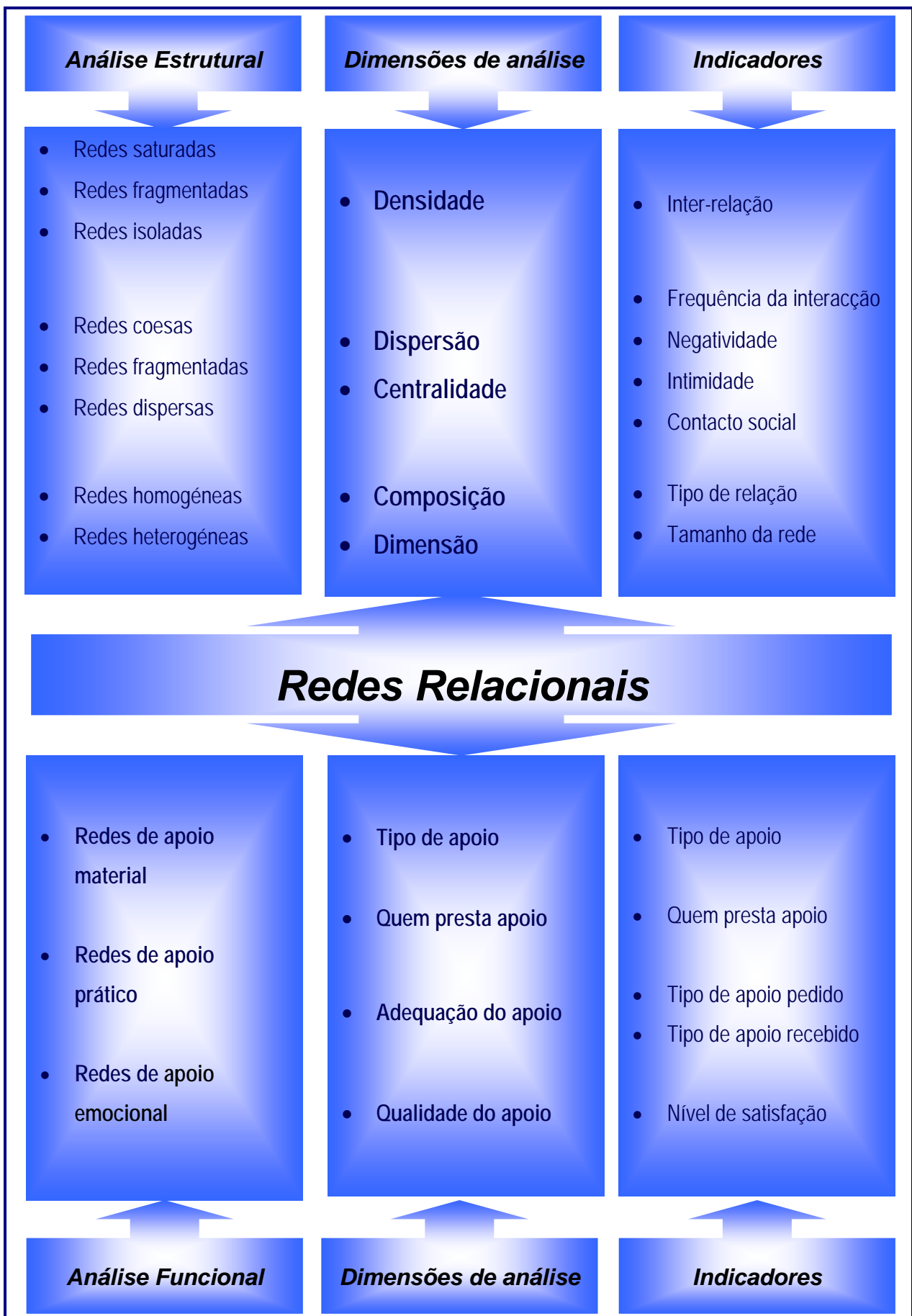
Em termos de analíticos, agregamos estas funcionalidade de forma a que conduzam a um diagnóstico três tipos possíveis de rede:

- (1). **Redes de apoio material** – onde se incluíram as relações baseadas em necessidades de apoio material, logístico ou financeiro (todas as que possam ser traduzidas num determinado valor monetário);
- (2). **Redes de apoio prático** – definidas pelas necessidades de um exercício prático da ajuda solicitada (todas as que requerem do outro a realização de tarefas, o exercício de um determinado “trabalho”)
- (3). **Redes de apoio emocional** – definidas pelas necessidades partilha de informação, obtenção de indicações, orientações, atenção, conselhos, ensinamentos, etc. (todas a que representam um apoio não material/”palpável”).

De seguida apresenta-se o quadro síntese das dimensões de análise, consideradas pertinentes, para a construção do Instrumento de diagnóstico de redes relacionais, sendo imediactamente apresentado o modelo desse mesmo instrumento.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> No quadro que se segue, as dimensões apresentadas separadamente como ‘dispersão’ e ‘centralidade’ são dimensões abordadas integralmente reflectindo/avaliando os níveis de proximidade entre os elementos constituintes da rede em análise, embora a sua análise individual fosse possível, considera-se de interesse reduzido.

Quadro n.º 4 - Quadro síntese das dimensões de análise de redes relacionais



### **Inquérito para a análise da rede relacional do núcleo familiar alvo de intervenção**

1. Identifique todas as pessoas com as quais entra em contacto e mantém uma relação quotidiana e que sejam importantes para si, mesmo aquelas com as quais possa não manter as melhores relações, mas que de alguma forma têm uma relação significativa consigo no seu dia-a-dia.

Quando se tratar de uma pessoa com quem tem contacto por via institucional, deve para além do nome tentar precisar o melhor que conseguir a sua identificação, por exemplo: “o Dr. Andrade (médico de família do Centro de Saúde de Alenquer)”; “a Dr.<sup>a</sup> Sónia Vieira (Assistente Social da Segurança Social de Vila do Bispo)”; etc..

2. Identifique, o mais claramente possível, o tipo de relação que tem com cada uma dessas pessoas, ou seja, se é:
  - a. **relação profissional** (colega de trabalho, ou outro contacto permitido pelo contexto profissional)
  - b. **relação de parentesco** (identificar qual: pai, mãe, irmão, cunhado...)
  - c. **relação de amizade**
  - d. **relação institucional** (professor do filho, médico de família, assistente social, animadora do lar da mãe, técnico da instituição que distribui os alimentos, padre da paróquia, etc.)

Nota: no caso de sentir necessidade de identificar mais do que uma relação deve indicar que outra relação tem com essa pessoa, tentando identificar em primeiro lugar aquela que considera ser a mais importante (por exemplo: amigo que é também colega de trabalho; amigo que é também o médico da família, etc.).

3. Diga com que frequência é que mantém contacto com cada uma das pessoas que identificou (independentemente desse contacto se verificar cara-a-cara, pelo telefone, ou outros meios):

- |                   |                         |
|-------------------|-------------------------|
| a. diariamente    | e. trimestralmente      |
| b. semanalmente   | f. anualmente           |
| c. quinzenalmente | g. outra. (Especificar) |
| d. mensalmente    | (assinalar com letra)   |

4. Da lista de pessoas que indicou, diga com quais é que tem uma relação menos positiva, ou seja, aquelas com quem é mais difícil, por exemplo, chegar a acordo, com já teve ou tem alguma divergência ou dificuldade de relacionamento, ainda que essas pessoas sejam importantes para si. **(assinalar com x)**
5. Das pessoas que indicou diga a quem é que pede apoio, nomeadamente quando aparecem situações relativas a problemas pessoais, familiares, ou uma situação que considere de crise. **(assinalar com x)**

6. Relativamente a cada uma das pessoas que acabou de indicar, diga que tipo de assunto/situação/problema é que habitualmente o levam a recorrer a ela:

a. **Necessidades materiais (logísticas ou financeiras)**

(ex.: comida, dinheiro, carro, ferramentas e utensílios domésticos, ferramentas e utensílios de trabalho, como um computador, alojamento, garagem para guarda a moto, ...)

b. **Necessidades práticas**

(ex.: ajuda nas tarefas domésticas, ajuda para cuidar das crianças, levar as crianças ao médico ou à escola, regar as plantas quando estão fora de casa, recolher o correio ...)

c. **Necessidades emocionais (ou afectivas)**

(ex.: atenção, conselhos, ensinamentos, informações, orientações, “um ombro amigo”, “um ouvido atento” etc.) (assinalar com letra)

7. Relativamente a cada uma das pessoas que identificou, diga que tipo de resposta/apoio é que costuma receber: (assinalar com letra)

a. **Necessidades materiais (logísticas ou financeiras)**

b. **Necessidades práticas**

c. **Necessidades emocionais (ou afectivas)**

(assinalar com letra)

Nota: para a resposta às questões 6 e 7 o inquirido deve ser solicitado para responder em liberdade, cabe ao técnico a adequação da resposta à tipologia proposta. Ao inquirido podem ser dados exemplos, não será contudo profícuo a sua confrontação com as tipologias acima descritas

8. Diga, para cada uma dessas pessoas, que nível de apoio é que habitualmente recebe:

a. Nenhum

b. pouco

c. moderado

d. muito

e. muitíssimo

(assinalar com letra)

9. De todas as pessoas que identificou inicialmente diga com quais é que costuma falar de assuntos pessoais/íntimos. (assinalar com x)

10. Identifique para todas as pessoas com quem, para além da relação profissional, mantém outro tipo de contactos sociais, tais como: sair para passear, jantar/almoçar, ou seja, manter contactos diferentes dos que mantém a nível profissional. (assinalar com x)

11. Identifique de entre todas as pessoas quais as que se relacionam entre si. (assinalar com x)

**Grelha de registo de respostas (questões 1 a 10):**

	1 Nome	2 Tipo(s) de relação(ões)	3 Frequência	4	5	6 Situação(ões)	7 Tipo (s) de apoio	8	9	10
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										

**Grelha de registo de respostas (questão 11):**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
1																				
	2																			
		3																		
			4																	
				5																
					6															
						7														
							8													
								9												
									10											
										11										
											12									
												13								
													14							
														15						
															16					
																17				
																	18			
																		19		
																			20	

**Notas:**

As grelhas de resposta aqui exemplificadas contemplam um limite de 20 elemento que cada inquirido pode identificar como fazendo parte da sua rede relacional. Contudo, reforça-se que se trata apenas de um modelo, o número não deve ser limitado podendo cada elemento identificar tantas pessoas quantas entender (isto é, de acordo com o que lhe é solicitado, identificar *“todas as pessoas com as quais entra em contacto e mantém uma relação quotidiana e que sejam importantes para si...”*). Caberá a cada técnico, ao reproduzir as grelhas aqui exemplificadas ampliá-las e adaptá-las de modo a que mais identificações possam ser contempladas.

Não esquecer que cada uma das folhas utilizadas para o registo de respostas deverá ter a identificação do inquirido (quando aplicável a sua relação com a vítima) assim como estar identificada com o código do respectivo processo.

### III. Abordagem metodológica

#### 1. Método de aplicação do inquérito

O instrumento de recolha de informação proposto apresenta-se sob a forma de um inquérito por questionário. Este insere-se nas técnicas de recolha de informação quantitativas, tratando-se de uma técnica não documental de observação não participante. A administração do mesmo deve ser indirecta, tendo o técnico/inquiridor o papel de preencher as respostas com a informação solicitada ao entrevistado.

Assim, o inquérito tem um carácter directivo, em que o inquirido é convidado a responder a algumas questões abertas, mas em que se esperam respostas curtas, a questões semiabertas e a questões totalmente fechadas, nestas últimas incluem-se uma questão-escala.

A opção por este tipo de instrumento pretende facilitar a posterior análise, o seu tratamento mas também a própria recolha da grande quantidade de informação necessária à análise das redes relacionais. Contudo, o ponto fulcral da sua utilização e coerência não será tanto a constituição do instrumento de recolha da informação, mas o tipo de análise com que este se coaduna.

A aplicação do inquérito deverá ser extensiva a todo o núcleo familiar alvo da intervenção, portanto, a todos os indivíduos constantes do processo, incluindo a(s) vítima(s). A sua aplicação deve ser individual, estando em presença apenas o inquirido e o inquiridor.

Finalmente, faz-se notar que o instrumento apresentado é apenas um modelo e que naturalmente, a sua linguagem e mesmo alguns pormenores de conteúdo deverão ser adaptados por forma a que exista um bom entendimento dos elementos solicitados a cada inquirido. Cabe ao técnico assegurar junto do inquirido a fidelidade das suas respostas, nomeadamente através de todas as explicações e exemplo considerados necessários e pertinentes para que se garanta um bom nível de confiança relativamente aos dados recolhidos.

Ainda que, à primeira vista, as questões pareçam simples, de fácil e rápida resposta deverá ser contemplado um espaço de tempo sem constrangimentos previsíveis, pois a duração da aplicação do inquérito pode variar significativamente de indivíduo para indivíduo.

## IV. A análise/diagnóstico para a implementação de estratégias de intervenção

### 1. Análise estrutural

O instrumento que aqui apresentado tem um carácter essencialmente descritivo, principalmente por pretender, antes de mais, identificar caracterizar e diagnosticar essas relações sociais partilhadas por um determinado núcleo familiar. Contudo, o seu objectivo não será esse. A análise descritiva será apenas o passo essencial para que se possa passar a um lógica de intervenção terapêutica na rede relacional, nomeadamente através da sua manipulação.

A primeira análise que se empreende remete para a caracterização estrutural da *Rede*, no fundo para as características da sua composição, as suas estruturas mais visíveis, como sejam a dimensão, a composição (o tipo de relações em que se baseia a rede) e a densidade (a existência de inter-relação entre os seus diversos elementos) mas, também, as mais complexas como, a centralidade e a dispersão da rede que, remetem para os níveis de proximidade entre os seus elementos constituintes e que resultam da agregação de diversos indicadores, a frequência da interacção, a negatividade (existência de relações consideradas menos positivas) e, a existência de contacto social (contactos considerados extra-profissionais).

#### 1.1. A dimensão e a densidade

A dimensão da rede é uma das dimensões aparentemente insignificantes, mas das mais importantes para a análise e também a primeira, aquela que é de imediato percebida. Mais interessante e importante do que a dimensão da *Rede*, por si só, é perceber a dimensão da rede, interior a essa, constituída por relações recíprocas, aquelas geradas inter-relacionamento/conhecimento dos elementos.

Para a análise importa ressaltar onde se identificam, acima de tudo, as mais-valias da identificação de uma rede saturada, de uma rede fragmentada ou de uma rede isolada. Como é fácil perceber, numa rede saturada qualquer estratégia de intervenção pode ser facilmente conduzida ao sucesso, pois facilmente se consegue mobilizar o conjunto dos seus membros e a intervenção partilhada, quando convenientemente orientada, pode ser uma franca mais-valia. Contudo, é neste tipo de rede que, quando existem divergências, conflitos, ou desentendimentos mais aguerridos entre os seus membros, a intervenção pode bloquear de forma “inesperada” ou mesmo parecer “impossível”. Esta ideia prende-se com a enorme força das dinâmicas de grupo que, mediante uma intervenção vinda do exterior, numa lógica de “defesa dos seus interesses/sobrevivência, enquanto grupo” promovem o fechamento social e a recusa. Identificar os “elementos-chave”, torna-se aqui, mais do que qualquer outra situação, o cerne de qualquer tentativa de intervenção.

Como já foi possível perceber, pela exploração teórica do conceito, é mediante uma rede fragmentada que encontramos a “situação-tipo”, ideal para a intervenção e manipulação da rede. Aqui, a intervenção é facilitada pela multiplicidade de elementos/pontos da rede através dos quais podemos tentar desencadear a

intervenção, pela própria dinâmica da rede que é mais aberta a contactos (nomeadamente aqueles que vêm do exterior) e, mesmo pela possibilidade de no insucesso de uma estratégia, reorganiza-la em torno de outros elementos da rede que ainda não foram mobilizados para a intervenção. Acima de tudo, é importante perceber que estas redes, por serem mais amplas, também têm uma maior potencial de desenvolvimento e de aceitação de novos elos, podendo promover-se com maior facilidade a inserção na rede de novos “personagens” pertinentes ou considerados necessários à intervenção (sejam técnicos ou quaisquer outros elementos da comunidade).

Já, no caso de uma rede isolada em que todas as relações mantidas por uma determinada pessoa, parecem apenas fruto do seu próprio esforço, o cenário e as probabilidades de sucesso da intervenção tornam-se bastante complexas.

Aqui, importa especificar que o caso deste tipo de rede, isolada, é também o mais raro, trata-se geralmente de uma situação transitória, de curta duração e que não persiste. Como salienta Barry Wellman, “a estrutura dos laços sociais cria não raras vezes nas redes relacionais, novos laços e ligações ‘cruzadas’ entre os seu membros, à medida que a estrutura da rede se vai desenvolvendo” (WELLMAN, 1991).<sup>15</sup>

Contudo, quando nos deparamos com este tipo de rede, temos de saber que aqui não existe qualquer tipo de compromisso entre os seus elementos constituintes, existindo apenas compromissos individuais. Apesar de na realidade esta situação de isolamento existir muito pouco o facto dos vínculos destas redes serem totalmente assentes em relações individuais, que não se cruzam, torna a acção em rede impossível, não havendo possibilidade de comunicação, distribuição, generalização e optimização de recursos.

A situação de fragilidade numa rede isolada é particularmente latente, na situação de isolamento total de relações recíprocas. No entanto também outras relações se podem identificar dentro de um quadro de maior fragilidade, quando o número de relações recíprocas é muito incipiente. É nestas redes que a intervenção encontra maiores barreiras ao sucesso, mas é também nestas redes que é, sem dúvida, mais urgente intervir.

## **1.2. A proximidade: dispersão e centralidade**

A proximidade entre os elementos constituintes de uma rede relacional é, como oportunamente se referiu, percebida mediante a análise de duas dimensões distintas. A dispersão e a centralidade, estas dimensões avaliam a distância entre os diversos membros componentes dessa rede, ou seja definem os diferentes níveis de proximidade em que se verificam as suas inter-relações.

Estas duas dimensões, da proximidade, são analisadas em função da frequência da interacção dos membros da rede; e, pela intimidade, negatividade e contacto social, respectivamente. Esta análise, por evidenciar a

---

<sup>15</sup> WELLMAN, Barry, (1991), “Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance”, pp. 19-61, in, WELLMAN, Barry, BERKOWITZ, S. D., (org), (1991), Social Structures: a Network Approach, New York, Cambridge University Press

distância entre os membros da rede contemplando tanto a frequência da interação como os níveis intimidade entre os seus diversos elementos, permite, nomeadamente, perceber a facilidade de acesso e consequente eficácia na comunicação, acção e mobilização (mobilização de recursos e mobilização dos próprios elementos que constituem a rede, para a acção).

O pressuposto “é de que é mais provável que a informação circule de uma pessoas para outra de forma proporcional à força das suas relações. Empiricamente, a força tem duas dimensões independentes: a frequência de contacto e a aproximação emocional” sendo estes indicadores, de acordo com Ronald S. Burt, os mais fiáveis uma vez que, “se as pessoas se encontram frequentemente e se sentem próximas umas das outras então é provável que a as suas formas de comunicação sejam mais intensas.” (BURT, 1992).

Mas, a análise da proximidade, entre os elementos de uma rede, não reflecte apenas a maior ou menor capacidade, facilidade e eficácia de comunicação/acção reflecte, também tempo. O tempo da acção, a rapidez com que é, ou não, bem sucedido em cada processo de mobilização. Em suma, cada processo inerente ao funcionamento da rede. A maior ou menor proximidade dos membros de uma rede, implica de forma directa a maior ou menor agilidade e rapidez da sua acção, nomeadamente quando se pensa em situações de urgência e de eficiência do apoio prestado.

Assim, será claro que, aquelas pessoas que mantêm uma rede de relações otimizada (em termos de estruturais isto é, que melhores níveis de proximidade - frequência de interação e proximidade pessoal) “beneficiam de melhores resultados (...) uma vez que acedem à informação e às oportunidades em maior quantidade, qualidade e em tempo rápido.” (BURT, 1992)

### **1.3. A composição**

Através da composição, podemos conhecer as redes relacionais dentro de grupos específicos e delinear-los de acordo com o tipo de relação existente entre os seus membros. Podemos identificar redes mais homogéneas ou mais heterogéneas, dependendo dos tipos de relações associadas aos elementos que as compõem. O tipo de relação respeita à identificação do laço que une os seus elementos, podendo ser, por exemplo, familiar, de amizade, institucional, etc.. Dependendo do peso de elementos dentro de cada grupo dessas relações, podemos perceber se a rede é mais ou menos homogénea e/ou se é constituída por grupos mais ou menos centrais.

A classificação das redes em homogéneas ou heterogéneas é aquela que, quando analisada por si só, menos contributos oferece ao diagnóstico de redes relacionais, já que pouco se pode aferir da avaliação de quem compõe a rede sem a análise de outras dimensões relativas às estruturas das relações entre esses elementos. No entanto, como se salientou, no enquadramento teórico, o conhecimento da homogeneidade ou heterogeneidade de uma rede pode revelar-se muito eficaz, na medida em que permite perceber a sua

flexibilidade: tendencialmente “as redes muito localizadas são menos flexíveis e efectivas, e geram menos opções que as redes de distribuição mais ampla (...)” (SLUZKI, 1996). Ou seja, geralmente, as redes mais heterogêneas são consideradas mais positivas, pela diversidade de relações que agregam, enquanto que as homogêneas promovem o fechamento das relações.

Para a análise, contudo, não se ignora de forma alguma aquela que é a relação mais saliente dos sujeitos com as pessoas pertencentes à sua rede. Como salienta Fischer (FISCHER, 1982) o compromisso ou a restrição a um determinado contexto (por exemplo as relações promovidas pelo contexto de trabalho) promove relações sociais no seu interior. Esta ideia reforça aquela de que as pessoas que se relacionam enquanto colegas de trabalho poderão facilmente relacionar-se entre si mais profundamente do que só nos termos da relação definida profissionalmente, estando, por isso, as suas relações favorecidas, nomeadamente em contextos onde se verifica a necessidade de apoio, estes elementos estarão disponíveis, abertos a apoiar.

Neste contexto consideram-se mais importantes e mais favorecidas todas as relações que tenham associadas relações de amizade, nomeadamente se essas relações forem recíprocas. Desta análise resulta, à semelhança das outras uma medida para o sucesso da intervenção terapêutica na rede: quanto mais heterogênea for a rede melhores probabilidade de sucesso na sua manipulação resultarão para a intervenção.

## **2. Análise funcional**

Os aspectos funcionais da rede dizem respeito aos papéis ou funções específicas da rede em análise, identificar os elementos da rede que fornecem apoio, o tipo de apoio, a sua adequação, qualidade e reciprocidade, é uma forma de dar conta dessa funcionalidade.

### **2.1. As funções da rede**

As características funcionais de qualquer rede relacional são determinadas, basicamente, em função do tipo ou tipos, de relação que se desenvolvem e se mantêm dentro dela. Uma vez que, o que se pretende é, através destes elementos, distinguir as diversas funções que as relações de um determinado agregado familiar representam para ele próprio, trabalha-se a partir da tipologia de funcionalidades anteriormente definida:

- (1). **Redes de apoio material** – onde se incluíram as relações baseadas em necessidades de apoio material, logístico ou financeiro (todas as que possam ser traduzidas num determinado valor monetário);

- (2). *Redes de apoio prático* – definidas pelas necessidades de um exercício prático da ajuda solicitada (todas as que requerem do outro a realização de tarefas, o exercício de um determinado “trabalho”)
- (3). *Redes de apoio emocional* – definidas pelas necessidades partilha de informação, obtenção de indicações, orientações, atenção, conselhos, ensinamentos, etc. (todas a que representam um apoio não material/“palpável”).

Neste nível de análise, para além de se perceber quem presta o apoio e que apoio, é muito importante perceber se esse apoio se reveste de um carácter multinacional.

A multifuncionalidade reporta-se ao número de diferentes maneiras em que cada pessoa está envolvida com a outra. Uma rede, por definição, proporciona diversos tipos de apoio aos seus elementos constituintes, e também de diversas formas e intensidades. O mais natural é todas as redes apresentarem um carácter multifuncional já que, como nos diz Santos (SANTOS, 1991) dentro das redes circulam diversos tipos de informação e as relações dentro de uma rede não são, regra geral, todas do mesmo tipo. De acordo com Fischer (FISCHER, 1982) a multifuncionalidade pode ser entendida como um factor de maior proximidade com uma ou várias pessoas, o que por sua vez pode favorecer essas relações, enquanto que a existência de monofuncionalidade nas relações pode demonstrar alguma superficialidade dessas relações.

Muitas das relações de apoio são relações consideradas especializadas isto é, relações que se centram apenas numa única função contudo, são as relações de apoio que sendo multifuncionais tem mais hipóteses de serem mais estáveis e efectivas.

Para além da identificação de que tipos de função a rede pode possuir, outras dimensões funcionais podem ser analisadas. Estas dimensões devem ser entendidas, como características específicas dos elementos constituintes da rede, e são avaliadas, tomando cada um desses elementos como centro da análise. Assim, podemos diagnosticar: quem na rede presta o apoio, se esse apoio é adequado às necessidades sentidas por quem o solicita, qual a qualidade desse apoio, e a sua reciprocidade isto é, se no contexto da rede aquelas pessoas que solicitam apoio são também solicitadas para o prestar.

## **2.2. A densidade funcional**

A densidade funcional de uma rede remete para o número de elementos que, dentro dessa rede, estão envolvidos em relações de apoio, quem são e que papéis desempenham na rede. Da análise da densidade funcional da rede, resulta outro importante dado, relativamente à distribuição das capacidades de apoio das pessoas em causa – a delineação dos elementos considerados privilegiados para a prestação de apoio. Elementos que, pelas suas capacidades demonstradas (ou relação de confiança partilhada) e que lhes são atribuídas pelos próprios elementos do núcleo familiar em análise possuem as maiores/melhores capacidades de resposta para as necessidades específicas sentidas pela família.

De facto, o ser-se solicitado para prestar apoio, implica um reconhecimento, por parte de quem o solicita, de capacidades do elemento solicitado para o prestar. Isto é, reconhece-se no outro que é solicitado (dependendo do tipo de apoio para que é solicitado) a posse ou o acesso às características e recursos necessários.

### 2.3. A adequação

As características funcionais de qualquer rede relacional são determinadas, basicamente, em função do tipo ou tipos, de relação que se desenvolvem e se mantêm dentro dela. No entanto, uma rede proporciona diversos tipos de apoio aos seus elementos constituintes, e também de diversas formas e intensidades o que, remete para outras das dimensões que se podem analisar, nomeadamente a adequação do apoio prestado às necessidades de quem o solicita. Para perceber esta adequação conjuga-se o apoio prestado pela rede com o apoio por ela solicitado. Isto é, analisando a correspondência entre o tipo de apoio que os seus elementos consideram receber dos membros da rede aos quais o solicitam.

### 2.4. A qualidade do apoio/satisfação

Associada à anterior dimensão de análise, a adequação, está a qualidade do apoio, o nível de satisfação de quem solicita o apoio, com o apoio recebido. Desta análise resulta a avaliação geral das diferentes funcionalidades das redes, sendo possível perceber a qualidade da rede para o grupo de elementos que delas necessitam e tiram partido. Para a análise desta dimensão considera-se a opinião dos diversos elementos, constituintes da rede de relações de apoio, sobre o nível de apoio que consideram receber dos elementos a quem o solicitam, considerando-se cinco níveis de satisfação: as relações consideradas bastantes satisfatórias, as muito satisfatórias, as satisfatórias, as pouco satisfatórias e, finalmente as nada satisfatórias.

A lógica de correspondência para determinar o nível de satisfação associado às relações de apoio da rede em análise é directa, entre a escala utilizada no inquérito para determinar o nível de apoio recebido por cada entidade inquirida com as suas relações e o nível de satisfação que esse apoio proporciona. Assim, na questão n.º 9, do questionário, solicita-se a cada inquirido que: “Diga, para cada uma dessas pessoas, que nível de apoio é que habitualmente recebe: a) nenhum, b) pouco; c) moderado; d) muito; e) muitíssimo”. A esta escala, correspondem directamente, as relações consideradas: a) nada satisfatórias; b) pouco satisfatórias; c) satisfatórias; d) muito satisfatórias; e, e) bastante satisfatórias.

Todas estas dimensões, analisadas e conjugadas, acarretam a nível técnico enormes vantagens para a intervenção mas, mais do que isso um conhecimento profundo do contexto sócio-relacional em que vamos intervir pois, melhor do que qualquer outra ferramenta analítica a *“a análise da Rede Social fornece o contexto para estimar a estrutura e a qualidade das relações no meio social do indivíduo.”*<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Mitchell & Trickett e Marsella & Snyder Autores indicados por COIMBRA, Alexandra, (1990), *“Redes Sociais: apresentação de um instrumento de investigação”*, *Análise Psicológica*, n.º 8, 2, pp. 171

## **Nota conclusiva**

Embora a aplicação deste instrumento de diagnóstico de redes relacionais possa parecer extensiva e de certa forma trabalhosa, julga-se terem ficado patentes as grandes potencialidades que daí decorrerão para a intervenção. A análise das fragilidades e das potencialidades da rede familiar alvo da intervenção, assim como a identificação dos elementos-chave, dos indivíduos que poderão consistir nos melhores recursos de apoio e de ferramentas de intervenção na própria família, é sem dúvida a garantia de uma intervenção mais sustentada, com melhores capacidades de sucesso, nomeadamente ao nível de uma verdadeira terapêutica e da prevenção secundária de riscos.

É, no fundo, nesta análise que vamos poder identificar quem são os elementos-chave para a intervenção. Aqueles que, enquanto técnicos, poderemos “chamar” à participação na intervenção e, com os quais conjuntamente podemos definir estratégias de suporte social específicas de apoio ao núcleo familiar e à própria vítima. É também, aqui que vamos diagnosticar onde se encontram os constrangimentos, os elos enfraquecidos que deveremos trabalhar para além daqueles que, eventualmente, devamos “excluir” ou desincentivar, por representarem bloqueios ao sucesso da intervenção ou mesmo perigo/risco seja para o sucesso das estratégias seja mesmo para o núcleo familiar com o qual se está a trabalhar.

Neste sentido, o instrumento de trabalho aqui proposto, assim como a própria intervenção que com o seu uso se coaduna é, sem dúvida, baseado e sustentado numa lógica de intervenção sistémica, sistemática e continuada e que, não pode deixar ao acaso de igual forma uma estratégia de intervenção multidisciplinar, partilhada e organizada não só com os diferentes membros do núcleo familiar alvo da intervenção e daqueles que possam ser mobilizados dentro da sua rede relacional, mas também dos próprios técnicos que se tornem necessários a essa mesma intervenção (como vimos, aqueles que até poderão já fazer parte da rede relacional da família e que ela própria venha a identificar).

É importante salientar que podemos entender a intervenção sistémica e multidisciplinar como uma ‘fórmula’, uma fórmula para a resolução dos problemas psico-sociais e para a auto-regulação dos diferentes profissionais, entidades e públicos-alvo que se unem e cruzam na e para a resolução desses mesmos problemas. Não que para o trabalho social ou para a resolução específica dos problemas associadas aos maus-tratos possam existir verdadeiras fórmulas infalíveis. Ainda assim, a complementaridade e a intervenção sistémica e multidisciplinar surge como a melhor fórmula possível, o ideal desejável (até agora encontrado) para dar conta da multidimensionalidade das questões sociais e das próprias dificuldades sentidas pelos profissionais e pelas entidades (aí envolvidas) em, encontrarem formas adequadas para a intervenção.

## Bibliografia de apoio

ANDERSON, J., (1991), *“Stress and Burnout Among Nurses: a social network approach”*, Journal of Social Behaviour and Personality, 6, pp. 251-272

BARNES, J. A., (1972), Social Networks, Addison-Wesley, Reading Massachusetts

BARRERA. M., (1986), *“Distinctions Between Social Support Concepts, measures and models”*, American Journal of Community Psychology, 14, pp. 413-446

BARRÓN, A., (1996), Apoyo Social, aspectos teóricos y aplicaciones, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores S.A.

BOTH, Elizabeth, (1976), Família e Rede Social, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves editora

BRODEUR, C. & ROUSSEAU, R., (1984), L’Intervention de Réseau, une pratique nouvelle, Quebeque, Éditions France-Amérique

BURCESON, B. R. (et al), (1995), Communication of Social Support, messages interactions, relationships and community, Thasand Oaks, Sage

BURT, Ronald S., (1982), Toward a structural Theory of Action – Network Models of Social Structure, Perception, and Action, New York, Academic Press

BURT, Ronald S., (1992), Structural Holes: The Social Structure of Competition, Cambridge, Havard University Press

CASTRO, José Luís dos Santos, (1997), Socialização das Crianças de Rua e Lógicas de Intervenção das Redes de Suporte Social, Cadernos do CEJ, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais

COIMBRA, Alexandra, (1990), *“Redes Sociais: Apresentação de um Instrumento de Investigação”*, Análise Psicológica, 2 (VIII), pp. 171-177

COMISSÃO NACIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO, (2003), Relatório da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, Lisboa, CNCJR

ELKAIM, M. (et al), (1995), Las Practicas de la Terapia de Rede, Barcelona, Gédisa

FISCHER, Claude S., (1977), Networks and Places, London, Free Press

FISCHER, Claude, S., (1982), Personal Networks in Town and City, Chicago, The University of Chicago Press

FLAMENT, Claude, (1997) Redes de Comunicación e Estructura de Grupo, Buenos Aires, Nueva Vision

GOTLIEB, B., (ed), (1985), Networks and Social Support, Beverly Hills, Sage

GUAY, Jérôme, (sd), L'Intervention Professionnel Face à L'Aide naturelle, (sl), Gaétan Morin Éditeur

GUSTAVSEN, B., (1998), "*From Experiments to Network Building: trends in the use of research for reconstructing working life*", Human Relations, 51, 3, pp. 431-447

Kaplan, H. I., & SADOCK, B. J., (1990), Compêndio de psiquiatria, Artes Médicas, Porto Alegre

Kaplan. H. I., SADOCK, B. J., & GREBB, J. A, (1997), Compêndio de psiquiatria: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica, Artes Médicas, Porto Alegre

KELLER, Suzanne, (1975), El Vecindario Urbano – Una perspectiva Sociológica, Madrid, Siglo de España Editores S.A.

LACROIX, Jean-Luc, (1990), Les Thérapies Familiales Systémiques, L'Individu sa Famille et son Réseau, Paris, Editions ESF

LALANDA, P., (1993), "*Redes de Parentesco: estrutura de uma comunidade*", in Actas do II Congresso de Sociologia, Lisboa, Editorial Afrontamento, II, pp. 421-432

MITCHELL, J. C., (ed), (1969), Social Networks in Urban Situations, Manchester University Press

MITCHELL, J. C., (ed), (1974), "*Social Networks*", Annual Review of Anthropology, n.º 13/14, pp. 127-142

NUNES DE ALMEIDA, Ana, ANDRÉ, Isabel Margarida e ALMEIDA, Helena Nunes de, (2001), Famílias e maus-tratos às crianças em Portugal, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

ORNELAS, José, (1994), "*Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação*", Análise psicológica, n.º 2-3 (XII), pp. 333-339

PAIXÃO, Rui, (1995), "*As Intervenções em Rede*", Inter Acções, n.º 1, Janeiro-Junho, pp. 33-48

PAIXÃO, Rui, OLIVEIRA, Rui Aragão, (1996), "*Escala Instrumental e Expressiva do Suporte Social*", Psychologica, n.º 16, pp. 83-99

PETERS, B. Guy, VAN NISPEN, Frans K. M., (eds), (1998), Public Policy Instruments – Evaluating the Tools of Public Administration, Cheltenham, UK, Edward Elgar

PORTUGAL, Sílvia, (1995), “*As Mãos que Embalam o Berço: Um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade*”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 42, Maio, pp.155-175

REDONDO, João, RAFAEL, Olinda, SEQUEIRA, David, JOÃO, Arlindo, (1991), Intervenção em Rede, 1.ª Acção de Formação do Sector III, H.S.C.

SANTOS, Félix Requena, (1991), Redes Sociales y Mercado de Trabajo, elementos para una teoría del capital relacional, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo Veintiuno de España Editores S.A.

SARASON, R. S., SARASON, B., PIERCE, G. R., (1990), Social Support – an interactional view, New York, Jonh Wiley and Sons

SEYWERT, F., (1990), “*L’Individu: Réseaux et Processus*”, Thérapie Familiale, Gêneve, vol. 11, n.º 3, pp. 309-322

SLUZKI, Carlos. E., (1996), La Red Social: Frontera de la Practica Sistémica, Barcelona, Gèdisa

SOCZKA, L., NUNES, J. M. Machado, (1989), “*Redes Sociais de Suporte e Etiopatogenia do Enfarte de Miocárdio em Meio Urbano*”, Psicologia, VII, 2, pp. 157-166

SPECK, R. V., ATTNEAVE, C. L. (1990), Redes Familiares, Buenos Aires, Amorrortu Editores

VAUX, A., (1988), Social Support – Theory, Research and intervention, New York, Praeger Publishers

WALTERS, M., CARTER, B., SILVERSTEIN, O., (1996), La Red Invisible, Barcelona, Paidós

WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine, (1994), Social network Analysis: Methods and Applications, New York, Cambridge University Press

WATSON, K, (1994), Substitute care providers: Helping abused and neglected children, Washington DC, National Center on Child Abuse and Neglect

WELLMAN, Barry & BERKOWITZ, S. D., (orgs), (1988), Network Analysis – Social Networks, New York, Cambridge University Press

WELLMAN, Barry & BERKOWITZ, S. D., (orgs), (1991), Social Structures: a Network Approach, New York, Cambridge University Press